

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Entre corpos e sepulturas: Uma análise da Historiografia sobre a Morte na Idade
Média

Airles Almeida dos Santos

São Cristóvão
Fevereiro de 2015

Universidade Federal de Sergipe
AIRLES ALMEIDA DOS SANTOS

**ENTRE CORPOS E SEPULTURAS: UMA ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA
SOBRE A MORTE NA IDADE MÉDIA**

**Monografia submetida à disciplina Prática de
Pesquisa, como parte dos requisitos para
aquisição do título de Licenciada em História
pela Universidade Federal de Sergipe - UFS.**

Orientador: Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro

São Cristóvão
Fevereiro de 2015

*Aos meus pais, meus familiares e à todos que
contribuíram para a realização desse sonho.*

AGRADECIMENTOS

Esse é o resultado de um árduo, mas gratificante e prazeroso trabalho. Existem situações na vida em que é fundamental poder contar com o apoio e a ajuda de algumas pessoas e eu não poderia deixar de dividir minha alegria com todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse sonho. Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças para concluir minha longa jornada nesses anos de UFS. Quatro anos e meio de descobertas e frustrações, de alegrias e tristezas que contribuíram para o meu amadurecimento pessoal e profissional. Época em que conheci amigos que vou levar para uma vida inteira. Aos meus pais por possibilitarem a minha permanência e pelo estímulo dado aos estudos desde criança. Sem o apoio deles seria inviável e até quase impossível o fechamento dessa fase da minha vida. À minha irmã Josevania, meu cunhado Niltinho, meus irmãos Adilson e Adenoaldo e a minha tia Pretinha por me aturar nas noites que fiquei em sua casa. A todas as meninas da “*Casa das Sete Mulheres*” que me acolheram bem, em especial a Gabi, a Valéria e a minha amiga e conterrânea Jéssica pelo apoio e pelos materiais emprestados a cada semestre. Aos ex-monitores Rafael Prata, por tirar minhas dúvidas quanto ao lattes, Fábio, pela ajuda com os trabalhos e a relação complexa com a ABNT (bendita ABNT!). À meu grande amigo e companheiro de conversas Eduardo Augusto, minha eterna gratidão.

Sou grata também a todo o pessoal do fundo do “busão”; meus amigos Uanderson; Tauana; ao poeta Ramon Diego, que de tempos em tempos recitava seus poemas e nos indicava obras e mais obras para leitura; Palloma; Jhonathan; Rubens; Danilo; Tiago; ao músico Adilson Medrade, que sempre nos alegrava com seu violão. Esse povo que fazia do desconforto da viagem um motivo de diversão e de troca de conhecimento.

Agradeço imensamente ao meu eterno professor João Paulo Araújo por fazer despertar em mim o gosto pela História. Gosto esse que me fez seguir essa carreira, tanto a pesquisa quanto o ensino.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro pelo incentivo, pela paciência e confiança depositada em mim. Pelo cuidado ao se debruçar sobre meus trabalhos, pelos livros emprestados, pelas palavras de motivação e os puxões de orelha que me fizeram seguir de cabeça erguida, apesar das dificuldades inerentes a essa labuta, por uma área de estudos ainda complicada no Estado de Sergipe: a Idade Média. Aos demais professores do DHI, especialmente Prof. Dr. Augusto da Silva pelas sugestões e o Dr. Claudifranklin Monteiro pelos conselhos. Aos meus amigos e colegas de curso, companheiros que seguraram

minha mão nos momentos de fraqueza e nas horas que batia aquela vontade de desistir. À lagartense Célia e a dorense Cleane, pela felicidade da companhia, dos papos e pela união.

Aos companheiros do grupo de pesquisa Vivarium: Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medieval.

Ao professor Pedro Menezes e à Sonia Cristina por acreditarem em mim e na seriedade do meu trabalho. Ao querido professor Adebardo Júnior por ceder seu espaço para a realização dos meus estágios.

Eu não poderia deixar de agradecer à Mayara, grande amiga e companheira nessa graduação. Uma pessoa que sentava e debatia comigo assuntos referentes a essa monografia, que infelizmente e por ironia do destino não se encontra mais entre nós.

Enfim, sou profundamente agradecida a todos que me apoiaram e estiveram ao meu lado por todos esses anos. Cada um foi responsável, por pelo menos, um tijolo nessa construção.

A morte chega cedo

*A morte chega cedo,
Pois breve é toda vida
O instante é o arremedo
De uma coisa perdida.
O amor foi começado,
O ideal não acabou
E quem tenha alcançado
Não sabe o que alcançou.
E tudo isto a morte
Risca por não estar certo
No caderno da sorte
Que Deus deixou aberto.*

Fernando Pessoa.

RESUMO

A morte sempre teve e continua tendo um papel de grande relevância nas sociedades e a maneira como estas se posicionam diante do fenômeno é decisivo na constituição e na manutenção de sua própria identidade coletiva e, conseqüentemente, na formação de uma tradição cultural comum. Sabemos da forte espiritualidade das sociedades e da presença marcante do sentimento e das instituições religiosas que, de certa maneira, contribuíram para a constituição de uma determinada sociedade, pilar da “civilização” ocidental. Neste trabalho nos reservaremos à análise da maneira que os historiadores, em sua maioria franceses, interpretaram e compreenderam a constituição de práticas e a elaboração de discursos relacionados à morte sob o olhar de longa duração, em especial no período medieval. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa bibliográfica de história comparada de algumas das produções mais significativas desses especialistas no assunto. Gostaríamos de fornecer aos leitores a possibilidade de se compreender um assunto de natureza subjetiva e inconsciente, visto que o meio material por si só não é suficiente para colocar os homens em seu devido lugar de protagonistas na história.

Palavras-chave: Morte, Historiografia, Idade Média, Mentalidades.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – Um Estudo Sobre a Morte: Considerações Historiográficas.....	13
As mentalidades e a morte.....	13
História de um tema sem fim.....	16
CAPÍTULO II – Entre a morte sofrida, a morte vivida e o além obscuro na Idade Média: análise historiográfica.....	25
Entre a Morte e o Morrer.....	25
A Idade Média, a morte e seus desdobramentos na Historiografia.....	26
CAPÍTULO III – Entre o Paraíso e o Inferno - o “terceiro local” nas obras de Le Goff e Vovelle.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	64

INTRODUÇÃO

*Precisamos pagar pela imortalidade e morrer várias
vezes enquanto estamos vivos.
Nietzsche*

Morte. Palavra singela, porém carregada de simbolismo. Na contemporaneidade esse fenômeno se tornou tabu. Ninguém o menciona, ninguém quer pensar nele, e todos querem disfarçar quando chega. A sociedade recusa-se a encará-lo apesar de saber tratar-se de uma coisa certa, sem dia nem hora marcada, mas certa. Em todas as culturas humanas a morte nunca foi um fato corriqueiro, insignificante. Pelo contrário. Sempre teve papel de destaque; era pensada; sentida; vivida. E apesar do interdito de hoje, em toda a História, ela foi motivo de indagações.

O início do interesse pelo estudo da morte é relativamente novo na historiografia, datada por volta dos anos 60 e 70 do século XX, quando emergem novas maneiras de abordagens ligadas à Terceira Geração dos *Analles*, influenciadas diretamente pela Antropologia e pela Psicologia, cuja produção mais abundante sobre o assunto é de origem francesa, podendo afirmar tratar-se de uma linha de especificidade desses historiadores. Doravante eles passam a produzir trabalhos sobre as atitudes, os comportamentos, os modos de agir, sentir e pensar o fenômeno bem como as mudanças que ele sofreu ao longo das épocas. Atualmente esses estudos tem ido além da fronteira da França e encontramos monografias, artigos e textos nos mais variados aspectos da celebração mortuária.

Neste trabalho nos reservaremos à análise da maneira que os historiadores, em sua maioria franceses, interpretaram e compreenderam a constituição de práticas e a elaboração de discursos relacionados à morte sob o olhar de longa duração, em especial no período medieval. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa bibliográfica de história comparada de algumas das produções mais significativas desses especialistas no assunto. Gostaríamos de fornecer aos leitores a possibilidade de se compreender uma matéria de natureza subjetiva e inconsciente, visto que o meio material por si só não é suficiente para colocar os homens em seu devido lugar de protagonistas na História. Tratamos a morte como

um estudo em História das Mentalidades, seguindo o caminho dos historiadores annalistas,¹ como, também, de outros vinculados a diferentes “escolas” historiográficas, para promover um debate significativo a fim de eliminar a ambiguidade que o termo possa transmitir.

Poderiam nos perguntar por não optamos pela História Cultural nos estudos sobre a morte na Idade Média em vez de seguirmos pelo que para alguns seria a História das “visões de mundo”; daquilo que está entre as ideias filosóficas e a materialidade visível. A resposta está dada: não acreditamos que a História das Mentalidades negligencie as representações cheias de simbolismo, quero dizer as práticas culturais de um povo. Cremos que as mentalidades não são apenas criadoras de representações, mas estas também a fixam e a expandem. Ou seja, não podemos dissociar os aspectos mais concretos e conscientes da morte dos comportamentos coletivos inconscientes. Podemos dizer que a abordagem que adotamos recai de igual maneira no campo do Imaginário, pois nos interessa as articulações das sensibilidades humanas, que fluem em uma determinada sociedade, com as imagens criadas e propagadas em determinado meio social.

Quando iniciamos nossa pesquisa sabíamos das nossas dificuldades, das nossas limitações, dos problemas inerentes ao método e a maneira de abordagem que adotamos. Que não apenas a natureza do nosso trabalho e do nosso objeto de estudo exigia muito, mas principalmente o arcabouço teórico poderia ser o bônus ou o ônus historiografia de análise sobre a morte na Idade Média. Mesmo com todo esse dilema, encaramos o desafio e lhes apresentaremos o resultado desses anos de estudo. Você caro leitor deve estar se perguntado o porquê de um trabalho voltado para a análise historiográfica e não do fenômeno propriamente dito. A maneira como os historiadores o encaram reflete não somente a evolução do tema ao longo do tempo, suas permanências, rupturas e maneira como os homens lidam com ele. Reflete também uma nova maneira de encarar seu objeto e uma nova maneira de enxergar e escrever a história. Por outro lado, a língua e a variedade do *corpus documental* se tornou um grande empecilho. Apesar da quantidade de trabalhos feitos em várias partes do mundo, ainda temos, no caso do Brasil, um grande problema, pois há poucos livros traduzidos e parte deles só chegam até nós, no mercado editorial brasileiro, muito depois do seu lançamento. Sendo assim, nos debruçamos sobre parte do material disponível e que julgamos de extrema importância para compreensão desse assunto atualmente tão silenciado, porém articulador das diversas esferas das sociedades. Do material selecionado para a análise, a grande maioria encontra-se traduzida para o português, o que agilizou o nosso processo de estudo – o que não

¹ Nesse caso específico, nos referimos à terceira geração dos Annales, cujo surgimento tornou-se cada vez mais óbvio nos anos que se seguiram a 1968.

significa dizer que se tornou mais fácil ou menos importante. Ao selecionar e analisar as produções historiográficas, percebemos a variedade de temas, métodos e maneiras de abordagem empregadas para o desenvolvimento do estudo de cada autor.

No primeiro capítulo, intitulado *Um Estudo Sobre a Morte: Considerações Historiográficas*, demonstramos como os historiadores Philippe Ariès e Michel Vovelle interpretaram e compreenderam a constituição de práticas e a elaboração de discursos relacionados à morte. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa bibliográfica de história comparada de algumas das produções desses dois especialistas. Para nossa análise, utilizamos como documentos historiográficos as obras *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*² e *O Homem diante da Morte*,³ de Ariès e *A história dos homens no espelho da morte*⁴ e *Piedade Barroca e Descristianização*,⁵ de Vovelle. Selecionamos estes quatro livros por se tratarem de alguns dos mais importantes trabalhos produzidos sobre o tema da morte e por mostrarem as mais distintas teses que explicam esse fenômeno que teve e continua tendo um papel de grande relevância nas sociedades. Apontaremos as convergências e divergências de argumentos e o que apontamos de falhas no estudo sobre a morte num contexto mais generalizante.

No segundo capítulo, denominado *Entre a morte sofrida, a morte vivida e o além obscuro na idade média: análise Historiográfica*, estabelecemos a distinção entre a morte e o morrer, e entendemos e explicamos, também, a partir da comparação de vários historiadores, como a Igreja na Idade Média conseguiu “inventar” ou recriar a partir de modelos antigos o tipo ideal de morte e projetá-lo no imaginário das pessoas por meio das práticas – um complexo de gestos e ritos que acompanham a morte: a função dos padres diante de um moribundo, o tratamento com o corpo do falecido, o guarda-roupa mortuário, o cortejo, os locais de sepultamento, a preocupação com a elaboração de testamentos e o conteúdo destes.

Não nos preocupamos na busca da criação e imposição de um simbolismo universal, mas sim contrapor a sistemas periféricos, resultado da própria dinâmica do período. Os documentos bases são *A Civilização Feudal - Do ano mil à colonização da América* de Jérôme Baschet;⁶ *Os vivos e os mortos na sociedade medieval* de Jean-Claude Schmitt;⁷ *O*

² ARIÉS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

³ _____. *O Homem Diante da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

⁴ VOVELLE, Michel. *A História dos Mortos no Espelho da Morte*. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁵ _____. *Piété baroque et déchristianisation, les attitudes devant la mort en Provence au XVIII^e siècle*. Paris: Le Seuil, 1978.

⁶ BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano mil a colonização da América*. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV) de Letícia Gonçalves Alfeu de Almeida;⁸ alguns dos artigos presentes no livro *A Morte na Idade Média*,⁹ onde dos quatorze textos, separamos e analisamos sete deles de autoria e temática distintas, e, por fim, retomamos *O Homem diante da Morte* apenas no que se refere à Idade Média.¹⁰

No terceiro e último capítulo: *Entre o Paraíso e o Inferno: o “terceiro local” nas obras de Le Goff e Vovelle* – analisaremos duas obras desses autores sobre o “nascimento” e as “figurações imagéticas” do purgatório, lugar que permeou o imaginário cristão medieval. Selecionamos as obras *O Nascimento do Purgatório*¹¹ de Jacques Le Goff e *As Almas do Purgatório ou o trabalho de Luto*¹² de Michel Vovelle a fim de compararmos suas interpretações.

Seguindo este caminho, esperamos poder contribuir à História da morte e a compreender melhor o assunto no Medievo.

⁷ SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999. O título original *Lesrevenants*, “Os fantasmas” (ou, mais literalmente, “Os que voltam”), foi excluído do livro em português, batizado com o subtítulo da edição francesa, *Les vivants et les morts dans la société médiévale*.

⁸ ALMEIDA, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Franca: 2013. Disponível em http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93244/almeida_lga_me_fran.pdf?sequence=1. Último acesso em 20/11/2014.

⁹ BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

¹⁰ ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Adotamos aqui a última edição da obra, que reúne os dois volumes.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. São Paulo: Estampa 1995.

¹² VOVELLE, Michel. *As Almas do Purgatório ou o Trabalho do Luto*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Capítulo I

Um Estudo Sobre a Morte: Considerações Historiográficas

*“a morte aparece como um reflexo de uma sociedade, mas
um reflexo ambíguo”
Michel Vovelle*

As mentalidades e a morte

A morte sempre teve e continua tendo um papel de grande relevância nas sociedades e a maneira como estas se posicionam diante do fenômeno é decisivo na constituição e na manutenção de sua própria identidade coletiva e, conseqüentemente, na formação de uma tradição cultural comum. Dessa forma nos debruçamos sob diferentes tipos de explicação, seja ela religiosa, filosófica, artística ou científica, “buscando assim pontes que tornassem compreensível o desconhecido a fim de remediar a angústia gerada pela morte”.¹ Aqui gostaríamos de fornecer aos leitores a possibilidade de se compreender um assunto de natureza subjetiva e inconsciente, visto que o meio material por si só não é suficiente para colocar os homens em seu devido lugar de protagonistas na história.

Tratamos a morte como um estudo em História das Mentalidades, seguindo o caminho dos historiadores *annalistes*,² como, também, de outros vinculados a diferentes “escolas” historiográficas, para promover um debate significativo a fim de eliminar a ambigüidade que o termo possa transmitir. Sabemos o quanto essa maneira de conceber as práticas culturais se tornou popular na França ou até mesmo fora dela e como seu significado evoluiu ao longo do tempo. Mas sua definição está longe de ser completamente aceita. Por isso devemos saber por onde andamos. Apesar das controvérsias e polêmicas que o termo possa apresentar, existe consenso quanto ao que se busca identificar nessa dimensão historiográfica. Podemos dizer que a História das sensibilidades humanas busca os modos de pensar, agir e sentir de uma mentalidade coletiva, percebida num período de longa duração, expressos ou não por imagens

¹ CAPUTO, Rodrigo Feliciano. O Homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. *Saber Acadêmico* n.º 06, dez. 2008. Disponível em www.uniesp.edu.br/revista/revista6/pdf/8.pdf. Último acesso em: 01/10/2014.

² Nesse caso específico, nos referimos à terceira geração dos Annales, cujo surgimento tornou-se cada vez mais óbvio nos anos que se seguiram a 1968.

visuais, verbais e mentais.³

O historiador das mentalidades possui uma área de interesse muito bem delimitada que serve de suporte para outros seguimentos do conhecimento histórico. Interessa-se pelo que a primeira vista aparenta ser exótico: a cultura, os ritos e sua simbologia para seus praticantes, os gestos, atitudes, comportamentos e as representações inconscientes que povoam o imaginário coletivo em períodos de longa duração. Logo, trata-se não de fenômenos objetivos, mas sim abstratos (o medo, as atitudes diante da morte, afetos e desafetos de determinada sociedade) percebidos “de maneira indireta, frequentemente através de indícios, de detalhes que são reveladores de atitudes coletivas e de modos de sentir comuns a toda uma sociedade”,⁴ o que remete não somente às resistências, mas também às transformações. Atualmente, diferentemente do que se acreditava, o historiador das mentalidades não se interessa apenas pela “inércia das estruturas mentais”. Ele mesmo tem consciência das mudanças, por mais lentas que sejam do seu objeto de estudo e também se interessa por elas. Temos o exemplo do francês Philippe Ariès um traço característico que o distingue de seus antecessores no que diz respeito à definição do seu objeto de estudo. Ao invés de se evocar as permanências, “o nível mais estável, mais imóvel da sociedade” como buscou Le Goff,⁵ Ariès procura enfatizar a ruptura entre o presente – tempo do historiador – e o passado – tempo da história propriamente dita.

Engana-se, também, quem pensa que os estudiosos do mundo mental renegam os indivíduos. Como mostrou Le Goff, “situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral”.⁶ No entanto, essa perspectiva foi alvo de severas críticas, por possuir durante um longo tempo “um caráter no mínimo vago”.⁷ Outra questão que provocou severos debates foi sobre a existência ou não de uma “mentalidade de classes”. Essa crítica é esboçada por Carlos Guinzburg em sua célebre obra *O Queijo e os Vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*.⁸ O autor adverte: “Inscrever

³ Para o aprofundamento das semelhanças e diferenças entre as modalidades da História das Mentalidades, História do Imaginário e Psico-História Cf. BARROS, José D’Assunção. Imaginário, Mentalidades e Psico-História – uma discussão historiográfica. *Labirinto - Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário*, 2000. Disponível em <http://www.cei.unir.br/artigo71.html>. Último acesso em: 01/10/2014.

⁴ Idem, s/p.

⁵ LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. São Paulo: Francisco Alves, 1976, p.69.

⁶ Ibidem, p. 71.

⁷ VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.15.

⁸ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

o caso de Menocchio no âmbito exclusivo da história das mentalidades significaria, portanto, colocar em segundo plano o fortíssimo componente racional (não necessariamente identificável à nossa nacionalidade) da sua visão de mundo”.⁹ E acrescenta: “a esta altura já deve estar claro por que a expressão ‘mentalidade coletiva’ seja preferível a também pouco satisfatória expressão ‘cultura popular’. Uma análise de classe é sempre melhor que uma interclassista”.¹⁰ Nesse sentido, as críticas recaíram muito mais sobre os primeiros *annalistes* – que permanecia ao nível das elites, com L. Febvre (Rabelais) e o próprio Le Goff – um problema que a nova historiografia das mentalidades procurou resolver.

No diz respeito às atitudes diante da morte nas culturas cristãs ocidentais, não podemos analisá-las num período de curta duração devido à sua natureza subjetiva e inconsciente, daí a necessidade de um quadro temporal mais amplo. Dessa maneira, em síntese,

a história das mentalidades, não deve, todavia, ser apanhada por um behaviorismo que a reduziria a automatismos sem referência aos sistemas de pensamento – e que eliminaria um dos aspectos mais importantes de sua problemática: a parte e a intensidade do consciente, e a tomada de consciência dessa história.¹¹

Poderiam nos perguntar por não optamos pela História Cultural nos estudos sobre a morte na Idade Média em vez de seguirmos pelo que para alguns seria a História das “visões de mundo”; daquilo que está entre as ideias filosóficas e a materialidade visível. A resposta está dada: não acreditamos que a História das Mentalidades negligencie as representações cheias de simbolismo, quero dizer as práticas culturais de um povo. cremos que as mentalidades não são apenas criadoras de representações, mas estas também a fixam e a expandem. Ou seja, não podemos dissociar os aspectos mais concretos¹² e conscientes da morte dos comportamentos coletivos inconscientes. Desde os seus primórdios, os próprios fundadores já nos alertaram sobre o caso:

A história das mentalidades não pode ser feita sem estar estritamente ligada à história dos sistemas culturais, sistemas de crenças, de valores, de equipamento intelectual no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram. (...) Esse vínculo com a história da cultura deve

⁹ Ibidem, p.23-24.

¹⁰ Ibidem, p. 25.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *As mentalidades: uma história ambígua*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*, São Paulo: Francisco Alves, 1976, p.78

¹² O que Michel Vovelle chama de “morte vivida”. Cf. VOVELLE, Michel. *A História dos Mortos no Espelho da Morte*. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 13-14.

permitir à história das mentalidades evitar outras ciladas epistemológicas¹³.

Podemos dizer que a abordagem que adotamos recai de igual maneira no campo do Imaginário, pois nos interessa as articulações das sensibilidades humanas, que fluem em uma determinada sociedade, com as imagens criadas e propagadas em determinado meio social. São essas as nossas lentes para a análise, interpretação e entendimento dos trabalhos historiográficos sobre o fenômeno da morte tanto num contexto mais generalizado (objetivo desse nosso primeiro capítulo), quanto sobre a discussão específica na Idade Média (assunto do próximo). Optamos por essa modalidade, com sua metodologia e seus aportes teóricos por acreditar que o universo mental dos homens, considerados em sua vida social, ainda tem muito para ser decifrado.

História de um tema sem fim

Sabemos que o estudo da morte é frequente, seja em qualquer período da história e em qualquer lugar. Pensar sobre ela é ao mesmo tempo fazer uma reflexão sobre a vida, pois é o modo como se vive que determina, no imaginário de cada indivíduo, os possíveis distintos na alma, na geografia do além. Aqui nos reservaremos inicialmente à análise e compreensão de que maneira a constituição de práticas da cristandade relacionadas à morte são tratados pela historiografia. A produção historiográfica mais abundante sobre o assunto é de origem francesa. Debruçar-nos-emos inicialmente sobre esses escritos, que servirão de subsídios para o entendimento mais geral sobre a temática, e depois no medievo, com o intuito entender essa preocupação com a morte e com os mortos sob o olhar de longa duração. Até o presente momento encontramos uma vasta gama de produções sobre as formas de bem-morrer. Não é de se estranhar o porquê. Sabemos da forte espiritualidade das sociedades e da presença marcante do sentimento e das instituições religiosas que, de certa maneira, contribuíram para a constituição de uma determinada sociedade, pilar da “civilização” ocidental. Independentemente do teor religioso das práticas direcionadas pelas pessoas com relação à morte o que se sabe é que mesmo um agnóstico ou ateu confesso, todos mantêm hábitos básicos com relação aqueles que se foram.

Quando nos interessamos por tal assunto tivemos o primeiro contato com o trabalho de Philippe Ariès, *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*.¹⁴ Portanto é a partir deste historiador que começaremos a estabelecer as primeiras bases de nosso

¹³ Ibidem, p.78.

¹⁴ ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média Até Os Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

conhecimento sobre a problemática. O primeiro passo que daremos é perceber as transformações sofridas pela morte ao longo do tempo para melhor nos situarmos e em seguida promover um diálogo com outros historiadores.

O livro, uma reunião de artigos e um dos tratados mais importantes produzidos sobre a história da morte, traz as transformações ao longo do tempo nas atitudes dos homens na celebração mortuária. Seguindo à linha teórica da História das Mentalidades, percebemos no autor um traço característico que o distingue de seus antecessores no que diz respeito ao modo de proceder com o seu objeto de estudo. Ao invés de se evocar as permanências, “o nível mais estável, mais imóvel da sociedade”,¹⁵ Ariès procura enfatizar a ruptura entre o presente – tempo do historiador – e o passado – tempo da história propriamente dita. Como o próprio autor salienta “as transformações do homem diante da morte são extremamente lentas por sua própria natureza ou se situam entre longos períodos de imobilidade”,¹⁶ por isso a percepção dessas mudanças é muita das vezes despercebidas pelo fato de serem separadas por várias gerações e por exceder a capacidade da memória coletiva. O próprio nos fala sobre sua motivação para a busca de respostas sobre a questão dos cultos funerários

Perguntei-me então, se não seria conveniente generalizar, se não tínhamos mantido ainda, no século XIX e no começo do século XX, o hábito de atribuir origens longínquas a fenômenos coletivos e mentais na realidade muito novos – o que equivaleria a reconhecer nesta época de progresso científico a capacidade de criar mitos.¹⁷

No que diz respeito ao método, Ariès parte de uma análise mais global e intuitiva de séries de documentos heteróclita unida à demografia, uma abordagem extensiva de fontes, com o intuito de se chegar “a expressão inconsciente de uma sensibilidade coletiva”.¹⁸ Tudo o que é quantificável em um longo período de tempo torna-se traço essencial da mentalidade. Com relação à interpretação tende a minimizar o peso dos costumes e a desvalorizar a influência dos sistemas religiosos e culturais. Para ele “as grandes oscilações que arrastam as mentalidades – atitudes diante da vida e da morte – dependem de motores mais secretos, mais subterrâneos, no limite do biológico e do cultural, ou seja, do inconsciente coletivo”.¹⁹ Na

¹⁵ LE GOFF, Jacques. *As mentalidades: uma história ambígua*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*, São Paulo: Francisco Alves, 1976, p.69.

¹⁶ ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média Até Os Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 15.

¹⁷ Ibidem, p.20.

¹⁸ Ibidem, p.21.

¹⁹ Ibidem, p. 304.

concepção do autor, fenômenos psicológicos básicos como a consciência de sua individualidade diante da morte são impulsionados pelo inconsciente coletivo e que algumas instituições, como o caso da Igreja, funcionam menos como grupo de pressão criador de determinados sentimentos e mais como indicadores e reveladores desses fenômenos despercebidos. Essa tese foi criticada por Michel Vovelle, que sem desconsiderar a importância do papel do inconsciente, tende a considerar a cultura de determinada sociedade com um peso bem maior do que se imagina na constituição dessas forças psicológicas involuntárias.

História da Morte no Ocidente encontra-se organizada da seguinte maneira: na primeira parte expõe as transformações das atitudes diante da morte desde antiguidade pagã até o século XX; na segunda, intitulada “Itinerários: 1966-1975” exemplifica e aprofunda o que já foi discutido na parte anterior. Pressupõe uma periodização das atitudes diante da morte no Ocidente: a “morte domada ou domesticada”, ao mesmo tempo familiar e próxima, cuja cerimônia era pública e organizada – característica mesma de culturas pré-cristãs – que a cristandade medieval, com seu aparato ideológico, esforçou-se por fazer prevalecer; a “morte de si” onde emerge a particularidade de cada indivíduo na hora do trespasse e o medo do julgamento da alma a partir do fim da Idade Média; a “morte do outro” no século XIX, com a exaltação dos túmulos e dos cemitérios e por fim, a “morte interdita ou oculta”, transformada em tabu na época contemporânea, onde os doentes perdem seus direitos perante sua morte, são privados dela e perde consciência de sua individualidade. Desses apontamentos podemos extrair algumas de suas principais teses. A primeira diz respeito às explicações sobre os temas macabros. No tocante ele desconstrói o postulado que prega o surgimento do macabro como representação do medo de morrer. Na verdade os traços cadavéricos das esculturas e da iconografia do fim da Idade Média não serviam para amedrontar como comumente tende a considerar, mas expressava o medo da condenação de uma vida inteira, da danação, a representação do fracasso pessoal. Objetivava-se expressar de maneira realista o morto a fim de preservar a lembrança na memória dos vivos.

Entre os séculos XVI e XVIII o que se percebe são algumas transformações no significados do macabro: agora a morte era objeto de fascínio, no século XVI carregada de sentidos eróticos e no XVIII marcado pela morbidez e pela curiosidade científica. É a partir de então que os vivos começam a ter maior consciência da existência dos defuntos e é essa sensibilidade, antes erótica e depois mórbida, que serve, segundo Ariès, de explicação para a emergência dessa nova mentalidade que provocou o afastamento da morte na vida cotidiana,

rompendo com a familiaridade de séculos. Em suma, podemos dizer que os significados do macabro no fim do medievo não são os mesmos dos séculos modernos e que sua simbologia estava longe ser o medo da morte.

Outro aspecto apontado pelo historiador se refere aos testamentos, importantes registros históricos reveladores de aspectos tanto materiais quanto imateriais, sendo um dos meios mais tradicionais do preparo *pre-mortem*. Durante muito tempo esses documentos tiveram dois objetivos básicos: funcionava como um passaporte para o céu por meio dos pedidos de sufrágio e desejos piedosos e serviam para fazer valer a vontade do testador na hora de legar os bens. O que ocorre, no entanto é o desaparecimento das primeiras cláusulas a partir da época das luzes. Como explicar esse fenômeno? Nas suas palavras:

O testador separou suas vontades concernentes à transmissão de sua fortuna daquelas inspiradas por sua sensibilidade, devoção e afeições. As primeiras estavam sempre consignadas no testamento. As outras foram, a partir de então, comunicadas oralmente aos mais próximos, à família, cônjuge ou filhos. Não se deve esquecer as grandes transformações da família que resultaram no século XVIII, em novas relações fundadas no sentimento, na afeição. A partir de então, ‘o enfermo que jaz no leito’ testemunha aos que lhe eram próximos, uma confiança que lhes havia em geral recusado até o fim do século XVII! Já não era mais necessário uni-los por um ato jurídico.²⁰

Sendo assim, conforme o autor, aumenta-se a confiança na família, que agora assume o lugar do documento para o cumprimento dos desejos piedosos do ente. Porém não podemos dizer que a explicação, considerada num contexto geral se aplique a todo caso. Aqui no Brasil ainda em pelo século XIX encontravam-se escritos nos testamentos essas cláusulas religiosas já ausentes nos testamentos em parte da Europa. João José Reis nos diz que

muitos organizavam sua morte oralmente, de preferência na presença nos familiares, amigos e do padre (...). Mas os outros, inclusive ex-escravos (os chamados escravos libertos), também escreviam ou ditavam testamentos em que, além de pedir a interferência de forças celestiais, destinavam parte de seus bens à organização dos próprios funerais.²¹

O fragmento aponta para a confirmação da tese de mudança da relação do sentimento em relação à família no que diz respeito ao Brasil quando Reis fala “muitos organizavam sua morte oralmente, de preferência na presença nos familiares”. Porém, aqui não houve o total

²⁰ ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média Até Os Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 70.

²¹ REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: NOVAIS, Fernando (direção) & ALENCASTRO, Luís Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2, São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.102.

desaparecimento dos pedidos religiosos dos testadores.

Apesar de se tratar de uma obra muito abrangente (história da morte ao longo dos séculos) – e por possuir “a mesma vontade de não traçar cartas regionais ou sociais de diferenças”,²² *História da Morte no Ocidente* é um clássico, onde a morte aparece enquanto uma metáfora da vida. Simplesmente um dos mais completos e melhores trabalhos para quem se interessa pelo assunto.

Outro trabalho de expressiva relevância de Ariès é *O Homem diante da Morte*.²³ Nesta ambiciosa obra, lança-se mão dos mais diversos tipos de fontes – desde os escritos de todos os tipos (obras literárias, textos hagiográficos, poemas, canções, crônicas oficiais, testemunhos anônimos) até as fontes iconográficas e os objetos da cultura material, aprofundando ainda mais o que foi exposto na obra anterior. Inicialmente buscando compreender a relação entre as atitudes diante da morte e a tomada de consciência de si mesmo dos indivíduos, o historiador acaba se deparando com outras explicações e concluiu que as sucessões no desenvolvimento de sistemas da morte são percebidas a partir das mudanças de quatro elementos psicológicos categorizados: a consciência de si (1), a defesa da sociedade contra a natureza selvagem (2); a crença na sobrevivência (3) e por fim a crença na existência do mal (4). São variações nesses componentes de natureza mental que possibilitam a percepção e elaboração dos conceitos referente às atitudes em relação à morte: A morte domada (nós todos morremos); A morte de si; A morte do outro (o ser amado) e a morte invertida.²⁴ É buscando evidenciar essas permanências, mas principalmente essas transformações que o autor se dedica.

O fato de ter percorrido um caminho que buscava uma abordagem extensiva de fontes de naturezas diversas e em análise simultânea fizeram recair sobre si diversas críticas, principalmente de outro historiador quem também se empenhou em analisar historicamente os sentimentos dos homens diante da morte: Michel Vovelle.²⁵

Vovelle também problematizou sobre a História das Mentalidades e criticou o conceito de “inconsciente coletivo” muito utilizado por Ariès e definido como um campo autônomo, submetido ao seu próprio ritmo e independente do determinismo sócio-econômico.

²² BURKE, PETER. *A Escola dos Annales – A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 58.

²³ ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

²⁴ Segundo o autor, a passagem da *morte domada* para a *morte de si* é marcada pela alteração dos parâmetros 1 e 3 sendo 2 e 4 quase inalterados o que dá a impressão de permanência. Em seguida percebe-se mudança no elemento 2, relacionando sofrimento e prazer ao fenômeno e enfim, a *morte do outro*, possibilitada pela subversão completa da “paisagem psicológica” (1990, p. 667), que culminaria no século XX à *morte invertida*. Ibidem.

²⁵ Vovelle denomina a esta utilização de um universo de fontes tão heterogêneo, percorrido mais ou menos livremente, de técnica “impressionista”.

Para aquele, o campo de atuação dessa dimensão historiográfica é “o jogo relativo que existe entre as condições de existência dos homens e a maneira pela qual eles reagem a elas”,²⁶ preferindo assim o uso do conceito “imaginário coletivo”. Ou seja, procurou perceber não apenas os padrões de sensibilidade do homem em relação à morte, mas também as formas simbólicas associadas a eles. Tende a atribuir relevância maior aos costumes, as doutrinas religiosas, ideias políticas, sistemas socioeconômicos e efeitos psicológicos dos progressos científicos e técnicos na constituição das maneiras de sentir e agir. Para ele a história do tema continua convulsiva, balançada por golpes brutais onde se cria sentimentos negativos com surtos na Idade Média da peste negra. No que diz respeito à maneira como o historiador encara seu objeto de estudo, Barros nos diz:

Partindo de uma História das Mentalidades calcada em uma hipótese que encara a sensibilidade religiosa e mortuária do homem ocidental como uma estrutura de longa duração que se desgasta mais aceleradamente a partir do século XVIII, Vovelle chega a uma História do Imaginário tanto pelo seu enfoque nas imagens, símbolos e representações, como pelo tipo de fontes iconográficas que postula serem indispensáveis para a percepção de certos aspectos das representações coletivas. Desta forma, aborda tanto a iconografia dos cemitérios (imagens visuais) como as comunicações fúnebres (imagens produzidas no âmbito da escrita).²⁷

Dessa forma, o historiador consegue articular duas dimensões em seus trabalhos, tanto a História das Mentalidades quanto a História do Imaginário, tentando “perceber tanto os padrões de sensibilidade do homem diante da morte como as formas simbólicas que os acompanham”²⁸.

Em um artigo denominado *A história dos homens no espelho da morte*²⁹ trás uma discussão teórica sobre o assunto e aponta a morte como um termômetro da sociedade, reflexo privilegiado da visão de mundo, porém um reflexo ambíguo, o que corresponderia dizer que a maneira como os homens se comportam em relação ao fenômeno “refletiria” a história de suas próprias vidas. Desta maneira almeja uma “visão social da morte”³⁰ analisada a partir de uma abordagem “prudente” – evitando a criação de modelos prontos e respostas rápidas – e “ambiciosa” – tomando-a como um todo. Dessa maneira classificou três modalidades de exposição: a morte sofrida ou consumada – o fato concreto de morrer; a morte vivida – todo um

²⁶ VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 116.

²⁷ BARROS, José D’Assunção. Imaginário, Mentalidades e Psico-História – uma discussão historiográfica. *Labirinto* - Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário, 2000. Disponível em <http://www.cei.unir.br/artigo71.html>. Último acesso em: 01/10/2014.

²⁸ Idem.

²⁹ VOVELLE, Michel. *A História dos Mortos no Espelho da Morte*. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

³⁰ Idem, p.25.

complexo de gestos e ritos que acompanham e o discurso inconsciente ou organizado da morte. Segundo Ana Paula Tavares de Magalhães, parece

possível identificar o conceito de *morte sofrida* a uma concepção *histórica* da morte; aquele de *morte vivida* a uma concepção *psicológica* (inscrita numa consciência coletiva); e finalmente, o *discurso da morte* a uma concepção *semiológica*. A ênfase situa-se nesta última, que integra e amplia as outras duas operando a sua transposição para o código escrito, e é tomada como um “criador de cultura”³¹ (em itálico no original).

Ainda retoma algumas críticas feitas a Ariès no que diz respeito à existência na Idade Média de uma morte natural, sem medo nem apreensão e também em relação à autonomia do chamado inconsciente coletivo. Para ele, o fato de tanto Rolando – o cavaleiro medieval corajoso – quando o camponês russo Ivan Ilitch de Tolstoi (ambos citados por Ariès) virarem-se para a parede para morrer, demonstra o desespero e o temor a morte e a Deus em seus últimos momentos de vida, a espera da morte iminente. Em relação ao imaginário coletivo nos diz não crer numa aventura autônoma, mas sim como resultado das “grandes alterações da sensibilidade coletiva”³² e resultado de crises de sociedade,³³ responsáveis pelas mudanças na imagem da morte. Dessa forma, acredita que essas mudanças não fazem as atitudes mortuárias evoluírem no sentido de um “modelo” substituir o outro, mas sim possibilitar a coexistência de diferentes atitudes e leituras da morte, identificadas simbolicamente por um telhado.³⁴ Por fim conclui: “A morte é o revelador metafórico do mal de viver. (...) É uma derivada da esperança de felicidade: o que é muito mais complexo e carregado de significados, por ambíguos que sejam tais significados”.³⁵

Em outra obra intitulada *Piedade Barroca e Des cristianização*,³⁶ analisou testamentos provençais procurando enxergar serialmente padrões e deslocamentos de padrões que denunciasses as variações das atitudes diante da morte na longa duração por ele escolhida. Em sua abordagem prioriza a análise quantitativa (herança do materialismo histórico) de

³¹ MAGALHÃES, Ana Paula Tavares de / Revista de História 137 (1997), 145-149. Disponível em www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/64540/67185, p. 146. Último acesso em: 05/10/2014.

³² VOVELLE, Michel. *A História dos Mortos no Espelho da Morte*. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996 p 26.

³³ Para Vovelle, assim como a crise da sociedade feudal determinou a instabilidade que gerou a arte macabra como uma de suas expressões, a crise da sociedade moderna provocou o surgimento da morte-tabu.

³⁴ Apesar das discordâncias em relação as teses de Ariès, no aspecto que diz respeito a não aceitação dos sistemas da morte como sucessivos, ambos concordam.

³⁵ Ibidem, p.26.

³⁶ VOVELLE, Michel. *Piété baroque et déchristianisation, les attitudes devant la mort en Provence au XVIII siècle*. Paris: Le Seuil, 1978.

séries documentais homogêneas cuidadosamente preocupadas com o seu lugar preciso dentro da série. No exame de fontes iconográficas, afasta-se assim da abordagem qualitativa para avaliar a recorrência e a ruptura de certos modos de representar, às vezes medindo espaços no interior da representação e quantificando elementos figurativos. Em relação às fontes de cultura material, à arquitetura funerária, por exemplo, faz medições das distâncias que separam túmulos e altares. Uma das principais teses apontadas na obra é sobre a mudança do tom nos testamentos a partir do século XVIII. Como vimos acima, diferentemente da conclusão de Ariès, que atribuiu essa mudança às transformações do sentimento em relação à família – aumento da confiança nos parentes próximos – Vovelle nos diz que essa laicização dos testamentos com o desaparecimento das cláusulas piedosas de cunho religioso é um reflexo da descristianização da sociedade (em questão o ocidente europeu) ocorrida entre 1730 e 1770 e seria essa mutação da sensibilidade religiosa a responsável pela mudança radical na sensibilidade coletiva dos homens diante da morte. Esses testamentos nos remetem a um momento importante (século XVIII) no balanço das atitudes coletivas, em que o avanço na ciência possibilitou os homens desfrutarem de uma longa vida, encerrada sem dor e voluntariamente, refletida nos testamentos: a dessacralização da sociedade moderna.

Piedade Barroca e Descristianização traz uma verdadeira investigação sobre religiosidade e morte que infelizmente ainda não possui tradução para o português. Trata-se de outro grande livro para quem se interessa pelo estudo do fenômeno da morte ao longo dos tempos.

Em síntese, a partir dos textos analisados acima, podemos identificar no que diz respeito às atitudes diante de morte mutações e continuidades percebidas até os nossos dias, mas também fenômenos que nos dão a falsa impressão de permanências. Em se tratando de um assunto situado no hall do mental, as “rupturas” quase não são percebidas e quase nunca acontecerão de forma consciente. Diferentemente de Ariès (o que nos aproxima um pouco mais de Michel Vovelle), atribuímos grande relevância às instituições, à cultura, aos costumes, as doutrinas religiosas e efeitos psicológicos dos progressos científicos e técnicos na constituição das maneiras de sentir e agir sobre a morte. Acreditamos e pretendemos entender como a Igreja na Idade Média consegue “inventar” ou recriar a partir de modos antigos o tipo ideal de morte e projetá-lo no imaginário das pessoas a partir das práticas – um complexo de gestos e ritos que acompanham a morte: a função dos padres diante de um moribundo, o tratamento com o corpo do falecido, o guarda-roupa mortuário, o cortejo, os locais de sepultamento, a preocupação com a elaboração de testamentos e o conteúdo destes.

Não nos preocupamos na busca da criação e imposição de um simbolismo universal, mas sim contrapor a sistemas periféricos, resultado da própria dinâmica do período.

Atualmente, uma quantidade mais significativa de obras sobre a questão mortuária foi produzida. No entanto, não cabe espaço nesse capítulo tratar de todas essas produções, o que seria sem sombra de dúvidas inviável e impossível. Esboçamos apenas uma introdução à análise da historiografia sobre a morte; obras que apresentam teses num tom mais generalizante. Partiremos então à análise e compreensão de que maneira a constituição de práticas da cristandade relacionadas à morte são tratados pelos autores que se debruçaram sobre o período medieval para que a partir da identificação da elaboração dessas imagens e representações como forma de manutenção de poder ou como contra-sistemas que invertem simbolicamente essa hierarquia dos poderes, possamos refletir sobre a forte associação entre morte e cristandade no Ocidente, identificando os lugares dos que se foram nos diferentes sistemas de comunidade cristã.

Capítulo II

Entre a morte sofrida, a morte vivida e o além obscuro na Idade Média: análise historiográfica

“A morte aparece como realidade física e espiritual. Ela dissolve vínculos sociais antigos e cristalizados e conduz a outros novos”
Gerhild S. Williams

Entre a morte e o morrer

O início do interesse pelo estudo da morte é relativamente novo na historiografia, por volta dos anos 60 e 70 do século XX, quando emergem novas maneiras de abordagens ligadas à Terceira Geração dos *Annales*, influenciadas diretamente pela antropologia e pela psicologia, cuja produção mais abundante sobre o assunto é de origem francesa, podendo afirmar tratar-se de uma linha de especificidade desses historiadores. Doravante eles passam a produzir trabalhos sobre as atitudes, os comportamentos, os modos de agir, sentir e pensar o fenômeno bem como as mudanças que ele sofreu ao longo das épocas. Atualmente esses estudos tem ido além da fronteira da França e encontramos monografias, artigos e textos nos mais variados aspectos da celebração mortuária.

Debruçarmo-nos sobre a morte na Idade Média é um elemento de extrema relevância para entendermos a complexidade da sociedade medieval, seu funcionamento e suas tensões, assim como refletir sobre a forte associação entre morte/mortos e cristandade no Ocidente por meio da identificação dos lugares dos finados nos diferentes sistemas. Com esse intuito analisaremos neste capítulo, como os historiadores interpretaram e compreenderam a constituição de práticas e a elaboração de discursos da comunidade cristã medieval relacionados à morte. Mas antes devemos nos atentar para a diferença entre *a morte* e *o morrer*.

Segundo o minidicionário Luft de Língua Portuguesa ¹ a palavra *morte* é definida como fim da vida; destruição, ruína, enquanto o ato de morrer é conceituado da seguinte forma: cessar de viver; falecer; fenercer; abrandar-se gradualmente (morrer lentamente). Conforme apontaram

¹ LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. 21^a ed. São Paulo: Ática, 2005.

Araújo e Viera,² do ponto de vista filosófico, a morte aparece como uma condição inerente ao ser vivo, sendo ela a única certeza que se tem do desdobramento humano, onde o morrer torna o homem em absolutamente nada ou torna-o em absolutamente outro. Podemos então definir *a morte* como o fenômeno individual e concreto correspondente ao fim da vida biológica, vivido apenas pelo que está morrendo – o protagonista, sendo possível a outros apenas acompanharem o desenrolar desse processo em segundo plano; *o morrer*, no entanto corresponde a um procedimento experimentado ao longo da vida, antecedente à morte final e pontuado por sucessivas mortes antes da *morte* propriamente dita. Feita essa distinção vamos ao que nos interessa: a análise das produções que tratam sobre a morte no medievo.

A Idade Média, A morte e seus desdobramentos na Historiografia

Ao selecionar e analisar as produções historiográficas que tratam do fenômeno da morte no medievo percebemos a variedade de temas, métodos e maneiras de abordagem empregadas para o desenvolvimento do estudo de cada autor. Apesar da quantidade de trabalhos feitos em várias partes do mundo, ainda temos no caso do Brasil um grande problema, pois há poucos livros traduzidos e parte deles só chegam até nós, no mercado editorial brasileiro muito depois do seu lançamento. Sendo assim, nos debruçamos sobre parte do material disponível e que julgamos de extrema importância para compreensão desse assunto atualmente tão silenciado, porém articulador das diversas esferas das sociedades.

Em *A Civilização Feudal - Do ano mil à colonização da América*,³ Jérôme Baschet traz uma síntese dos períodos que convencionalmente chama-se de Idade Média (sécs. IV ao XV), sendo dedicado apenas um capítulo a Alta Idade Média. Trata-se de um manual, cuja finalidade é buscar entender a evolução do feudalismo medieval e a criação do feudalismo colonial americano, porém não como o resultado da simples expansão desse sistema europeu nas terras do além-mar, mas sim a composição do feudalismo tardio e dependente, com suas especificidades e mantendo o essencial em referência ao desenvolvido no Velho Mundo – objetivo da Primeira parte (o esqueleto). Baschet se dedica na Segunda Parte em entender mais profundamente a sociedade feudal em suas estruturas mais essenciais através de uma série de temas transversais que são objetos de estudo da História das Mentalidades como a moral, o imaginário, a concepção de pessoa, o tempo e o espaço, a imagem, o parentesco, e

² ARAÚJO, Paula Vanêssa Rodrigues de; VIEIRA; Maria Jêsia. A Questão da Morte e do Morrer. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, maio/junho de 2004, p. 361-3. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n3/a22v57n3.pdf>. Último acesso em 15/11/2014.

³ BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano mil a colonização da América*. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

em especial pra nós, a morte, fornecendo as “carnes e as vísceras, sem as quais o esqueleto não poderia nem se sustentar nem se animar”.⁴

O autor, um dos maiores medievalistas vivos e historiador especialista das imagens medievais é adepto da chamada Longa Duração assim como Jacques Le Goff. Dessa maneira concebe o medievo compreendido entre os séculos IV e XVIII, cujos marcos temporais são respectivamente o fim do Império Romano Ocidental e a Primeira Revolução Industrial, desconsiderando o ano de 1492 como iniciador da Idade Moderna e concebendo a expansão marítima e comercial europeia como o prolongamento da Idade Média em terras americanas como resultado da dinâmica do sistema feudal. Mas vamos ao que realmente nos interessa.

Baschet demonstra que, assim como o tempo, o espaço também é um fato social, sendo preferível o termo lugar, pois *espaço* como o concebemos não tem correspondência na Idade Média, devendo-se levar em conta que a noção de espaço medieval só existe a partir das coisas que existem nele, aquele é como limitado, heterogêneo e polarizado (o inverso do nosso). Dessa maneira, no que diz respeito à relação ente os vivos e os mortos, estes passam a ser o centro material e simbólico da vida daqueles “ao final de um processo que se inicia no século VIII e se conclui para além do século XI”.⁵ O cemitério paroquial possui agora valor sagrado, um lugar de inclusão/exclusão (hereges, infiéis, excomungado), que circunda a igreja e corresponde a um espaço que permite a realização de coisas indispensáveis aos vivos, ou seja, passa a ser o seio da Igreja, local da reunião dos falecidos e de reagrupamento dos viventes. Por trás desse deslocamento de significado dos mortos para o centro da questão e a aproximação deles aos vivos está a Igreja. Esse redirecionamento espacial dos defuntos permite a ela definir a unidade da comunidade ao seu redor, ao mesmo tempo em que transforma a comunidade morta na representação ideal da sociedade. A partir do século XI percebe-se essas transformações nas práticas funerárias que refletem as nuances radicais que afetam a organização do mundo rural. A partir de então, os vivos aparecem metaforicamente como a sombra dos mortos, pois doravante são eles que devem prestar serviços aos que se foram por meios dos sufrágios. O autor aponta para a composição da liturgia dos defuntos, a criação da Festa de Finados (2 de novembro de 1030) e a prática testamentária como termômetro dessas mudanças.

A constituição do cemitério como local privilegiado só é “possível graças à proximidade do edifício cultual e à posição eminente que lhe confere o ritual de

⁴ Ibidem, p. 297.

⁵ Ibidem, p. 342.

consagração”.⁶ A “Instituição dominante do feudalismo”, nas palavras de Baschet, é responsável também pela elaboração da sofisticada geografia do além, com significações adaptadas e com evoluções ao longo do tempo e que passa a ordenar a visão medieval de mundo tornando-se decisiva para enfatizar a posição de “instância salvadora” da Igreja, na medida em que a existência do mal acaba paradoxalmente por supervalorizar suas forças opostas (santos, Cristo, os anjos e o papel de mediador do clero). Além do mais a Igreja é a possuidora de práticas e sacramentos que afastam o homem do mal, onde a denúncia dos vícios a faz difundir seus valores e “monopoliza” as métodos da salvação.

Percebemos então o papel atribuído por Jérôme Baschet à Igreja, classificada como verdadeira definidora das relações sociais e criadora de estruturas e conjunturas que permite sua dominação a partir da forte tensão da junção dos contrários, pela explicação do inexplicável, pela hierarquização de entidades de natureza diversa e pela igualdade de entidades de natureza oposta. Para ele a criação da Igreja foi proporcionada graças à dinâmica do sistema feudal, ao qual ela organiza e domina. No entanto, resta-nos perceber os limites dessa dominação e identificar o quanto consegue “inventar” ou recriar a partir de modos antigos o tipo ideal de morte e projetá-lo no imaginário das pessoas. É fato a amplitude do papel desempenhado por essa instituição que sobrevive ao fim da Idade Média, porém sua total hegemonia citada pelo autor nas práticas mortuárias e na imposição de relações tidas “incontestáveis” entre vivos e mortos são questionáveis. A Igreja-Instituição caracteriza-se pelo seu caráter ambivalente, ora afirmando, ora negando pontos no que diz respeito à afirmação da ortodoxia; ora admitindo, ora perseguindo os que lhe contestavam – e isso faz surgir contendas dentro e fora dela. Baschet a analisa menos sobre um fator religioso que como modelo social. Partindo dessa exposição poderíamos nos perguntar: Conseguiria a Igreja impor essas formas oficiais de lidar com os mortos a ponto de assegurar a sua hegemonia perante o estrato social? Conseguiria ela impedir o surgimento de práticas extraoficiais e sua coexistência com as “verdadeiras”?

No que diz respeito às práticas mortuárias, sabemos que por mais que seu poder de alcance fosse longo, a instituição jamais poderia possuir o monopólio de tais posturas. À época, existiam outras concepções sobre os mortos diferentes e até mesmo convergentes em relação às pregadas oficialmente, como por exemplo, a noção de “purgatório terrestre” elaborado pelos habitantes de Montaillou, citada no próprio livro, totalmente incompatível com a ensinada. Outro exemplo diz respeito à presença reforçada do inferno que ao mesmo

⁶ Ibidem, p. 344.

tempo em que favorece o controle social conduzido pela Igreja apresenta limites nesse domínio,⁷ não devendo assim exagerar sua eficácia devido ao fato de existir nos cristãos um sentimento de misericórdia divina, o que não é “surpreendente ver os clérigos batalharem sem trégua, durante séculos e mesmo além da Idade Média”.⁸

O que chama atenção é que apesar de expor os limites de dominação e a contestação que a Igreja sofria, para o historiador essa mesma confrontação permitiu que a dominação se reforçasse. Contrariamente a visão dos que afirmam ser a Igreja a instituição dominante da sociedade medieval, Vovelle nos explica

A imagem de um além maquiavélico, invenção dos poderosos para assegurar a docilidade dos humildes, tal como os filósofos do século XVIII a conformaram, é uma tradução pobre que poderá parecer contraditória. Há contra-sistemas que se apoiam na morte para inverter simbolicamente a hierarquia dos poderes. Assim é a dança macabra medieval.⁹

Compreendemos assim, por mais que a elaboração da imagem da morte fosse utilizada como forma de manutenção de poder por parte da Igreja, esse poder nunca ficou livre de contestações e que sistemas de representação antigos com variedades de costumes mantinham força ao longo da Idade Média, mesmo quando o relativo desinteresse da Igreja pelos mortos cessou.¹⁰

Outra obra significativa e inovadora é *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*.¹¹ Nela Jean-Claude Schmitt procura compreender a partir da história social do imaginário de que maneira a sociedade medieval resolveu a questão da memória dos mortos, seu esquecimento e as funções dos relatos de aparição de fantasmas. Para isso ele segue

⁷ Segundo o autor, não podemos utilizar o termo “Cristianismo do medo” proposto por Jean Delumeau, pois “mais importante do que tudo, representação do inferno visa menos aterrorizar do que fazer agir, e primeiramente, fazer confessar”. Ibidem, p. 401.

⁸ Ibidem, p. 400.

⁹ VOVELLE, Michel. *A História dos Mortos no Espelho da Morte*. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 25.

¹⁰ Renata Moraes explica em uma resenha da obra analisada, a análise de Baschet. Segundo ela em vários aspectos (e na preocupação com os mortos não seria diferente) “na medida em que a Igreja se transforma em uma instituição preocupada em fixar sua doutrina, serão as contestações que a Igreja vai sofrer que contribuirão para forjar o seu poder de dominação. (...) [Ela] vai regulamentar a fronteira da desordem com a ordem normal” (s/p). Cf. MORAES, Renata. *Limites e contestações da dominação da Igreja: Resenha da obra “A Civilização Feudal: do ano mil a colonização da América”*. 2014. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/58722418/Limites-e-contestacoes-da-dominacao-da-igreja>. Último acesso em 15/11/2014.

¹¹ SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999. O título original *Les revenants*, “Os fantasmas” (ou, mais literalmente, “Os que voltam”), foi excluído do livro em português, batizado com o subtítulo da edição francesa, *Les vivants et les morts dans la société médiévale*.

cronologicamente do século V ao XV, com ênfase na Idade Média Central ¹², trabalhando com documentos diversos, tanto escritos quanto iconográficos, a fim de mostrar as mudanças das modalidades do crer e seus usos sociais desde a Antiguidade Tardia à Modernidade, afastando-se da procura de um simbolismo universal e da busca das “sobrevivências”, pois as crenças e o imaginário dependem das estruturas e do funcionamento de uma determinada sociedade e de sua cultura, não sendo as “mentalidades” constituídas apenas de estratos antigos, “mas nas crenças e nas imagens, nas palavras e nos gestos que encontram plenamente seu sentido na atualidade presente e bem viva das relações sociais e da ideologia de uma época”.¹³

Por tratar-se de uma história social, Schmitt privilegia o coletivo, o morto ordinário e não os casos excepcionais. Ao escrever uma história do imaginário, conforme mostrou Aubert “constrói na interpenetração entre temporalidades longas e curtas, possibilitando o diálogo efetivo da história com as outras ciências do homem, de perspectiva primordialmente sincrônica, sem, contudo, prejudicar a diacronia, localizada no cerne do *métier d'historien*”.¹⁴ Dentre essas outras ciências optou pela antropologia.

O historiador está ligado – ao que diz respeito ao seu objeto de estudo e sua perspectiva - à terceira geração dos Annales e o trabalho em questão trata-se de uma produção encarada sob o olhar da antropologia histórica, que se beneficia da alteridade e da descrição detalhada de um fenômeno, aos moldes de um etnólogo, fornecendo uma análise longa, mas não exaustiva.

Ao analisar os relatos de aparição de fantasmas nos mais variados gêneros literários usados à época, ¹⁵ feitos tanto por leigos quanto por clérigos, o autor nos diz que as atitudes cristãs em relação aos mortos pretendiam inscrever os defuntos na memória dos que se foram, ou seja, ao esquecimento, a não ser que se tratasse de um rei, um nobre ou um santo, ao mesmo tempo em que representavam um preenchimento do vazio deixado pela perda do ente querido, cuja existência somente se dava na imaginação dos vivos. O objetivo de Schmitt é entender como e por que os vivos medievais imaginaram uma existência *post-mortem* para seus finados. Invertendo um conhecido adágio medieval, o autor parte do pressuposto de que

¹² O autor aponta para a chamada “Longa Idade Média” postulada por Le Goff, mas não a desenvolve.

¹³ Ibidem, p. 18.

¹⁴ AUBERT. Eduardo Henrik. Resenha da obra “Os vivos e os mortos na sociedade medieval”. *Revista de História* 145, 2001, p. 233-242. Disponível em www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/64613/67252, p. 238. Último acesso em 16/11/2014.

¹⁵ Schmitt Destaca a diferença entre o *miracula*, o *mirabilia* e os *exempla*.

“O vivo agarra o morto”,¹⁶ isto é, cabe ao vivo a função ativa no “enunciado do crer”:

Com efeito, são os vivos que atribuem aos defuntos uma espécie de existência post-mortem. Se têm a impressão de que os mortos tomam a iniciativa de lhes aparecer, são apenas eles, em seus relatos e suas imagens, seus fantasmas e seus sonhos, seu sentimento de culpa e sua cupidez, que fabricam o retorno dos mortos.¹⁷

Esses relatos possuíam funções específicas: reforçar a imagem e o papel de um mosteiro, dar uma lição moral, servir como propaganda política, além de fortalecer a liturgia destinada aos mortos e avigorar a influência da Igreja, promovendo o enquadramento da sociedade leiga em redes simbólicas controladas por essa Instituição. Aqui percebemos uma atribuição parecida àquela que Baschet deu “a Instituição dominante do feudalismo”. A banalização das histórias de aparições de fantasmas visava à edificação e cristalização de um modo cristão de morrer, onde os clérigos (seculares e regulares inicialmente, depois os mendicantes) se esforçam para estabelecer. Outro aspecto diz respeito ao “Bando Hellequin” ou tropa dos mortos, usado pela Igreja para frear a feudalidade e limitar as guerras que não fossem justas por meio da descrição dos crimes e das penas do exército dos mortos. Assim, “os fantasmas tornaram-se um instrumento de uma política eclesiástica de doutrinação moral e religiosa”,¹⁸ ao mesmo tempo em que se transformaram no meio pelo qual a Igreja se beneficiou em seu proveito. No entanto, essas crenças e costumes encontram limites nas regiões onde a Igreja chegou tardiamente ou onde agiu superficialmente, como no caso excepcional de Montaignou, Yorkshire e da Bretanha, onde práticas heterodoxas¹⁹ convivem com as “oficiais” pelo menos até o estabelecimento da Inquisição.

Podemos explicar aqui a tese do autor: os relatos de aparição de fantasmas na Idade Média possuíam um valor ideológico e esses fantasmas frustravam o bom funcionamento da memória cristã, pois os vivos só os imaginavam quando a separação em relação a eles ainda não havia sido completamente cumprida, “quando o esquecimento revelava-se impossível em consequência de uma perturbação do transcurso normal do rito de passagem da morte e dos funerais”.²⁰ Assim, logo após o seu trespasse, o defunto aparecia a seu parente carnal ou espiritual para pedir a intercessão por sua alma. Como vimos no capítulo anterior, Philippe

¹⁶ SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999, p. 243.

¹⁷ Ibidem, p. 243.

¹⁸ Ibidem, p. 178.

¹⁹ O que Le Roy Ladurie chamou de “folclore horizontal”. Nessas regiões os habitantes conciliavam o modo de lidar com os que se foram de acordo com a Igreja e conforme o costume local. Em Montaignou, por exemplo, nem todos adotavam o modelo de purgatório oficial, mesmo este tendo surgido quase um século antes.

²⁰ SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999, p. 20.

Ariès pressupõe uma periodização das atitudes diante da morte no Ocidente,²¹ sendo a “morte domada ou domesticada” característica do período medieval, em que o moribundo participa ativamente dos rituais pré-morte e o transpasse é encarado sem medos pelos que estão próximos a ele. Porém, Schmitt nos mostra os limites dessa concepção de morte e suas contestações. Em algumas transcrições, a domesticação dos fantasmas é imperfeita (são descritas histórias de manifestações que amedrontam os vivos) e os tipos de relato produzido pelos mendicantes no século XIII desembocam no macabro no fim da Idade Média, apesar de a finalidade não ser destilar o pavor pela morte e o medo dos fantasmas, mas somente servir de exemplo e reforçar as formas do bem morrer. Apesar de a maioria dos documentos demonstrarem essa “familiaridade” com relação aos que voltavam do além para se manifestar, ela não é a regra e percebemos o horror ao trespassse, por mais que sejam casos esporádicos, antes do século XIV.

Mas o que torna de fato esses relatos admitidos? Segundo o historiador, essas narrações eram passadas como verdadeiras por pessoas autorizadas. É aqui onde encontramos mais uma hipótese. Os relatos poderiam ser de duas maneiras: autobiografias escritas por leigos em que os fantasmas apareciam em sonho e raramente em uma visão desperta ou textos produzidos pelos clérigos contando uma experiência de terceiros. “A partir dessa distinção, entende-se por que mais da metade do livro se dedica ao estudo dos relatos contados: são eles que circulam mais amplamente na sociedade, adquirindo funções sociais múltiplas”.²² Ocorre uma objetivação da visão e da imagem do fantasma que vai de par com a socialização do relato, com sua transmissão e sua legitimação pelo escrito autorizado. Logo, é a socialização desses escritos e o imaginário individual e coletivo medieval que explicam a aparição dos fantasmas e seu papel cognitivo.

Além do que foi exposto acima devemos nos atentar à maneira como o livro é escrito. Jean-Claude Schmitt articula ao longo de toda a obra a função do relato à sua forma e a alternância entre narrativa e interpretação. Simultaneamente interessa-se no que está entre as práticas funerárias e as produções discursivas sobre o assunto, no entrecruzamento do que Vovelle denominou “morte vivida” e “discurso da morte”.²³

Em síntese, o autor nos mostra que os fantasmas são um produto social, ideológico,

²¹ ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média Até Os Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

²² AUBERT, Eduardo Henrik. Resenha da obra “Os vivos e os mortos na sociedade medieval”. *Revista de História* 145, 2001, p. 233-242. Disponível em www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/64613/67252, p. 238. Último acesso em 16/11/2014, p. 236.

²³ VOVELLE, Michel. *A História dos Mortos no Espelho da Morte*. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

religioso e cultural que cria vínculos não só entre o passado e o presente – pois é no presente que os mortos renascem entre os vivos – mas também com o futuro – pois este é o tempo que faz de todos os homens fantasmas em potencial.

A questão da memória dos mortos é um assunto corrente em trabalhos que se debruçam sobre os séculos finais da Idade Média. Isso se deve às lentas, mas profundas transformações das práticas e das mentalidades relacionadas, na historiografia tradicional, à epidemia de peste negra que assolou toda a Europa nos séculos XIV e XV. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte* no século XV na França foi interpretado por Letícia Gonçalves Alfeu de Almeida.²⁴ A pesquisa consiste numa dissertação de mestrado em que a autora busca compreender como a pedagogia da morte (formas de aprender e ensinar a morrer) definiu maneiras do bem morrer e regulamentou o exercício da devoção particular no “lembrar-se da morte”. Pela análise de textos didáticos e pedagógicos produzidos por religiosos e que circularam em território francês na época, Almeida busca demonstrar como a religião medieval criou e cristalizou as formas de pensar sobre o fim da vida, formas essas que recomendavam os exercícios de memória fundamentais para a introspecção e individualização no refletir sobre a morte, pensando ao mesmo tempo como a memória age como instrumento moralizador e exercício moral por meio do qual os homens deveriam refletir sobre sua própria morte, mas focando a existência temporal. Como a própria nos diz

(...) neste trabalho, a reflexão medieval sobre a morte será examinada a partir de dois vieses diferentes, mas que não deixam de se entrecruzar na nossa interrogação histórica. O primeiro viés foca os sentidos sobre a morte partilhados socialmente no período que será abordado neste trabalho e é conduzido pelo pressuposto de que seria possível perceber certos consensos coletivos que sugerem formas comuns de apreensão da morte, se não generalizadas pelas diversas camadas sociais, ao menos perceptíveis no registro legado pelos letrados da época. No segundo foco, interessa-nos apreender a reflexão sobre a morte como um exercício de devoção particular, identificado com a ideia de “lembrar-se da morte” e recomendado em textos cuja temática gira em torno da morte.²⁵

A obra encontra-se organizada da seguinte maneira. Dividida em três capítulos, o primeiro intitulado “A lembrança da morte” analisa o que o título evoca assim como o lembrar presente no discurso pedagógico-religioso de textos poéticos que tratam a recordação da morte macabra como um dever e cujo objetivo é fixar na memória e na alma dos cristãos o

²⁴ ALMEIDA, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Franca: 2013. Disponível em http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93244/almeida_lga_me_fran.pdf?sequence=1. Último acesso em 20/11/2014.

²⁵ Ibidem, p. 11.

pensamento e a representação do fim biológico do corpo. O seguinte nominado “A lembrança da eternidade” trabalha sobre a manutenção do pensamento sobre os lugares do além e suas consequências para alma – positivas no caso do Paraíso e negativas no caso do Inferno. A memória é admitida pela autora como uma construção interior e seu exercício preconizado pelos textos favorece uma devoção introspectiva e pessoal daquele que aguarda pelo seu fim. Por último, o terceiro capítulo – “A lembrança de si” – investiga dentro do esquema descrito nos capítulos anteriores o papel do indivíduo e da individualidade no processo do bem morrer em que seu passado pessoal é levado em consideração pelos documentos moralizantes na hora em que ele deve escolher entre o mundo e a salvação de sua alma. Podemos extrair a principal questão apontada pela historiadora: o “lembra-se da morte” é o pilar fundamental da pedagogia religiosa dos textos de pregação e o momento do cessar da vida terrestre aparece como o principal argumento do discurso religioso para elaboração da atividade psicológica que dá suporte à oração privada, ao exame da consciência, ao autoconhecimento e à afirmação de sua identidade e de seu papel perante sua condição no universo como ser mortal. A moral cristã de renúncia do mundo e de si próprio no processo da boa morte envolve o sentimento de pesar e a consciência do valor desse eu e de tudo que o constitui. Para alcançar o eterno através da própria anulação, o cristão medieval deve primeiro voltar-se para si através meditação.²⁶ “O ato de pensar na morte conduz o cristão, no presente, a refletir sobre o passado e o futuro, sobre si mesmo e a eternidade”.²⁷ Os três tempos articulam-se: o passado individual é relegado ao esquecimento e a ação do presente torna-se indispensável para a determinação do destino pós-morte (futuro). Nesse sentido, conforme Almeida, a pastoral francesa da morte inscrita nos textos macabros e na arte de morrer dos séculos XIV e XV objetivava a ligação entre memorização e seus aspectos iconográficos, em que a recordação pessoal é construída a partir dos referenciais coletivos da comunidade cristã, possibilitada pela tentativa de uniformização de práticas diversificadas, cujo fim era a criação de uma visão de morte que pudesse ser projetada na memória dos fiéis.

Através da utilização da lenda dos três vivos e dos três mortos nos mostra a emergência do macabro como uma alegoria para percepção da morte e uma profunda ligação

²⁶ Ariès já tinha se voltado para essa explicação ao elaborar o conceito da “morte de si”, em que as transformações dos elementos psicológicos *consciência de si e crença na sobrevivência* alteram-se e o juízo final havia sido deslocado para o quarto do moribundo e a morte apresenta-se em caráter mais dramático. Cf. ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 2014, passim.

²⁷ ALMEIDA, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Franca: 2013, p. 136. Disponível em http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93244/almeida_lga_me_fran.pdf?sequence=1. Último acesso em 20/11/2014.

com os textos de pregação. Um aspecto importante apontado por ela diz respeito ao desenvolvimento do macabro com a peste. Por mais que a multiplicações dos cadáveres tenham impulsionado essa maneira de figurar os que se foram de forma assustadora, com suas carnes descompostas e os vermes impregnados a elas, “o aparecimento desse tipo de representação não coincide exatamente com as pestes e, portanto, não pode ser pensado apenas como resultado direto das mortandades, pois lhe é anterior”.²⁸

Existe um debate na historiografia que defende a crise e o macabro como anteriores e não resultantes da peste, e que, portanto, estão fundados em fatores internos da cultura, como por exemplo, as interpretações de Johan Huizinga e Jean Delumeau. Por outro lado, certos estudos explicam o macabro como mera consequência da doença. Outros afirmam ser difícil não considerar que as pestes tenham consequências marcantes para o impulso de criação das imagens no fim da Idade Média.

Retornando aos apontamos da dissertação, tanto a lenda citada acima como os outros textos e poemas trabalhados por Almeida pretendem funcionar como doutrina para o bem morrer, em que a memória age como instrumento moralizador para que os homens pudessem refletir sobre sua própria morte, pensar sobre ela todos os dias até chegar a hora definitiva. Esses textos didáticos e moralizantes mostram a relação entre o bem morrer e o bem viver, verdadeira preocupação dos clérigos e dos mendicantes no fim do medievo, servindo como a lógica que desemboca no cultivo do não esquecimento do fim da vida. Ao lado desse processo de memorização da morte pessoal encontrava-se outra forma de lembrança: a das imagens do além, sobretudo as do Inferno, imagens referentes às realidades eternas, universais, por meio da oposição entre vícios e virtudes.

Portanto “o esforço da pedagogia do século XV para que os homens se lembrassem da morte mostra que o processo de aprender e ensinar a morrer passava obrigatoriamente pela necessidade de aprender e ensinar a lembrar”.²⁹ Um aspecto interessante é que não aponta para a lembrança daquele parente ou vizinho que se foi. Tudo gira em torno da própria morte, das imagens adotadas e imaginadas por cada um; o norte de sua viagem no além-túmulo.

A partir de agora analisaremos alguns dos artigos presentes no livro *A Morte na Idade Média*.³⁰ A edição brasileira apareceu somente em 1996, pela Edusp, traduzida por Heitor Megale, Yara Frateschi Vieira e Maria Clara Cescato. Trata-se de um volume com 320 páginas, distribuídas entre um Prefácio, quatorze artigos, um índice onomástico e um índice

²⁸ Ibidem, p. 16.

²⁹ Ibidem, p. 138.

³⁰ BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

referindo as fontes manuscritas. Dos quatorze textos, separamos e analisamos sete deles ao longo deste trabalho. O volume trás, através da interdisciplinaridade dada aos diversos enfoques, a morte como parte das estruturas das mentalidades e criadora de cultura, cujas reflexões servem para compreender as relações entre o homem medieval, os mortos e seus respectivos papéis nas sociedades cristãs.

É demonstrando a mudança do status do morto ao longo do tempo e apontando “o eclipsar da concepção de presença” dele ³¹ que Otto Gerhard Oexle escreve o texto *A Presença dos Mortos*. Utilizando-se de fontes variadas, desde documentos escritos de memória (necrológios, anais dos mortos, gestas medievais, textos historiográficos e hagiográficos) a monumentos arquitetônicos, o historiador nos mostra como o uso da memória dos mortos significava a presença dele, além de possuir um “significado social que unia o vivo aos mortos como sujeitos de direito”.³² A concepção moderna de pessoa cessa com sua morte, onde apenas resta o corpo, associado a partir do século XVIII a uma “coisa”. Entretanto na Idade Média o defunto é detentor de direitos e deveres ancorado no Direito Medieval, cuja memória é evocada para justificar sua presença e auto-confirmar um determinado grupo social. O que Oexle nos mostra é o questionamento sobre a origem dessa tradição na condição de presença para contrapor duas hipóteses: 1) a gênese estaria situada numa tradição germânico-pagã, na qual uma grande profusão de rituais por ocasião e continuamente após a passagem da morte teria por objetivo manter o morto afastado das circunvizinhanças dos vivos: essa forma de pensamento teria dado origem à concepção da figura do morto-vivo; e 2) a que defende para a presença da morte como herança dos cultos pagãos romanos, feitos em nome dos ancestrais como forma de veneração e de zelo pela sua boa manutenção. Para “comprovar” sua tese nos dá a seguinte explicação: o banquete fúnebre – elemento primordial da memória dos mortos – era um fenômeno comum na antiguidade pagã e foi assumido pelo Cristianismo primitivo até final do século IV, assim como “a relação estreita entre o comer com os mortos e a alimentação dos pobres” ³³ o que nos faz refletir sobre a continuidade entre a Antiguidade pré-cristã e a Idade Média no tocante ao culto dos mortos. Aqui se coloca diretamente contrário a Ph. Ariès, que atribui os vínculos estreitos entre “os daqui” e “os de lá” como consequência em primeiro lugar da doutrina cristã.³⁴ Não obstante, para Oexle essa apropriação não se dá sem modificações. Ao comparar, por

³¹ OEXLE, Otto Gerhard. *A Presença dos Mortos*, p. 27-78. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 67.

³² Ibidem, p. 36.

³³ Ibidem, p. 56.

³⁴ ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

exemplo, essas duas épocas, aponta para transformação dos funerais e sepulturas da esfera de questão privada (concepção Greco-romana) à concepção cristã da morte, onde ocorre a socialização da comunidade dos vivos e dos mortos, tanto no sentido cognitivo e emocional, quanto na dimensão jurídico-social. Os textos medievais indicam que a memória do morto não se resumia à lembrança dele, mas sim a sua existência, permanência de personalidade. Eles apontam as preces “como uma retribuição pelas múltiplas dádivas matérias e espirituais, devidas pelos grupos monásticos a seus fundadores e patronos, dádivas através das quais eles eram mantidos material e espiritualmente na existência cotidiana”.³⁵ Como mostrou Schmitt,³⁶ essas trocas não se resumiam a relações sociais onde mortos coexistem aos vivos como pessoas. Esses mesmos defuntos, de certa forma, reforçam a imagem e o papel de determinados lugares, principalmente mosteiros a partir do século XI.

A mudança na noção de “presença” dos que se foram ocorreu de forma lenta, causada por vários fatores relacionados ao fim do medievo, transformando-se radicalmente no século XVIII. Dentre esses fatores destacam-se a alta taxa de mortalidade causada pela epidemia da peste, alterando o modo de pensar e agir sobre a morte e os mortos no ocidente a ponto de extinguir a memória deles. Destarte o “cemitério da Igreja” passa a ser abandonado em favor do “cemitério” em paralelo a mudança de mentalidade defendida pelo autor: a passagem da memória objetiva – presença dos mortos (noção jurídica) para a noção de memória subjetiva, onde o morto é resumido a nada devido à dessocialização da morte.³⁷

Abrindo um parêntese na discussão sobre a memória dos mortos, voltemos a problemática das permanências de costumes da Antiguidade pagã para a época cristã. Apesar do que foi exposto acima sobre a possibilidade de somente o Cristianismo criar vínculos entre a cidade dos vivos e dos mortos, o mesmo Ariès em um texto denominado *Uma Antiga Concepção do Além*³⁸ fala sobre a permanência de uma antiga noção do além presente na literatura da Alta Idade Média – pelo menos até os tempos da Escolástica – em que o trespasse era identificado ao descanso, lugar de espera antes da ressurreição onde a preocupação era menos com a punição aos condenados e mais com as recompensas aos bem-aventurados.

³⁵ OEXLE, Otto Gerhard. *A Presença dos Mortos*, p. 27-78. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 36.

³⁶ SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

³⁷ Segundo o autor, o documento que aponta para essa mudança de mentalidade é o texto literário *As Afinidades Eletivas* de Goethe, “que repetidamente tematiza a esfera da morte, do funeral, do cemitério da igreja e, sobretudo, a esfera de relações entre os vivos e os mortos, com isso caracterizando e colocando em confronto as concepções da pura ‘memória’ dos mortos e a da sua ‘presença’”. Ibidem, p.30. Cf. GOETHE, Johann Wolfgang Von. Edições de Ouro, 1966.

³⁸ ARIÉS, Philippe. *Uma Antiga Concepção do Além*, p. 79-87. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

Apesar da condenação de Agostinho de Hipona a essa visão, ela vai permanecer por muito mais tempo na cultura popular, que a disseminava a partir da oralidade. Por mais que a criação do Purgatório como lugar intermediário excluísse essa possibilidade de repouso antes do Juízo final e da ressurreição dos corpos, a antiga concepção do além continuou a existir entre as classes mais baixas da população mesmo com a imposição da Igreja e da “elite”.³⁹ Essa mentalidade vai persistir pelo menos até o XVI. Eis que surge uma provocação do autor: é coincidência o desaparecimento da representação do tipo de estátua jacente antiga com a imagem da morte-descanso justamente na época que a devoção às almas do purgatório torna-se generalizada no século XVII? Longe de fornecermos uma resposta conclusiva, levantamos a seguinte hipótese: Apesar da persistência na cultura popular dessa concepção até o início do século XVII – mesmo com o triunfo do conceito prevalecente de purgatório cristão – essa ideia de lugar de refrigério desaparece pelo menos na França na época em que a devoção pelas almas desse lugar intermediário se tornou generalizado porque essa maneira de intercessão pelos mortos excluía a possibilidade de um defunto retornar. Não mais se admitia a possibilidade de um morto aparecer a um familiar para reclamar sua ajuda, coisa tão comum na Idade Média. Trata-se de um último resquício da morte domada. Acreditamos numa mudança de mentalidade provocada desde o século anterior com a introdução da migração das almas, visto que o jacente era a “representação” daquele que vive e não vive relacionado ao corpo. Como o próprio autor nos mostrou em outro livro,⁴⁰ o purgatório se tornou depois da contrarreforma uma fase normal de migração das almas, onde esse lugar intermediário de descanso, lugar de neutralidade, não existe mais e não se passa da terra ao céu. Em pleno século XVIII rezava-se por um desconhecido esperando favorecê-lo, livrá-lo do purgatório para quem sabe um dia ter seu esforço retribuído. Um século depois as rezas pelas almas do purgatório sofreu a intervenção da doutrina espírita que abandonou a representação individual e personificada dos supliciados. Entra em cena outra perspectiva religiosa: as almas transformam-se em espíritos. Sendo assim não acreditamos em coincidência, pois os dois fenômenos estão interligados pelos traços das mentalidades.

Como apontado anteriormente, o estudo da questão da memória dos mortos é um assunto corrente em trabalho sobre os séculos finais da Idade Média, igualmente como os voltados para os temas macabros. Situremos melhor o contexto do período antes de nos aprofundarmos no próximo artigo. Entre os séculos XIV e XV a morte tornou-se o centro dos aspectos retratados pelos artistas, com o enfoque na seguinte mensagem: ninguém está a

³⁹ Vale ressaltar que a topografia do além tal como conhecemos – céu, purgatório e inferno – vai prevalecer.

⁴⁰ ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

salvo. Descarta-se o imaginário de visão hierárquica, onde a morte aparece democrática, igualitária e atingiu indiferentemente a todos, como apontou Hilário Franco Júnior.⁴¹ Nesse sentido há mudança da natureza da morte na historiografia tradicional, que deixa de ser cristã, e torna-se um assunto bastante usual tanto na literatura quanto na iconografia e escultura funerária, influenciando desse modo a representação da Dança Macabra – principalmente a partir de 1350 – que passa a ser o reflexo da mudança de mentalidade no fim do medievo. Ilustra-se de forma assustadora, angustiante, demonstra o medo, a dor, o sofrimento das populações que diante de situações sociais adversas enxergam na arte uma forma de se expressar, de mostrar sua impotência diante dos problemas que assolaram os séculos XIV e XV. As imagens macabras passam a representar a morte como uma força impessoal, com iniciativa própria e inevitável, cujos esqueletos aparecem envoltos por lençóis brancos, completa ou parcialmente desprovidos de matéria carnal e utilizando-se da gestualidade corporal, “reflexo do desespero diante das dores físicas e doenças epidêmicas, como a peste negra, que ceifou milhares de vidas”.⁴²

Jacques Chiffolleau em *O que faz a morte mudar na região de Avinhão no fim da Idade Média*⁴³ levanta uma hipótese diferente do que foi descrito acima. Com base em gráficos e tabelas estatísticas, pretende detectar as mudanças ocorridas na noção de morte dos avinhoneses no fim da Idade Média. Através de argumentos extremamente pertinentes, o autor tece sua resposta a partir das curvas populacionais: o aumento demográfico, subproduto do desenvolvimento urbano e mercantil, introduziria novos padrões de vida e de comportamento, que estariam na base das mudanças. Analisando uma série de testamentos da região, buscou encerrar a visão de que a morte foi reveladora do papel da religião na vida social. Em combate a toda uma corrente que pregava a obsessão pelo macabro por causa do horror à epidemia de peste e diretamente ligado à multiplicação dos corpos e a crise demográfica, Chiffolleau aponta a mutação de mentalidade refletida nas novas atitudes diante dos mortos muito antes das pestes e das mortalidades. O “renascimento” do testamento

⁴¹ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *O A Idade Média e o Nascimento do Ocidente*, 2ª edição. Brasiliense, São Paulo: 2006.

⁴² PEREIRA, Jacqueline da Silva Nunes. Um estudo da dança macabra por meio de imagens. *II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina-PR, maio de 2009, p. 806. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Pereira,%20Jacqueline%20da%20silva.pdf>. Último acesso em 17/11/2014.

A epidemia de Peste Negra ou Grande Peste do período de 1348-1349 foi a pior de toda a Europa e provocou redução acentuada da população, que segundo Boccaccio “para se tratar apenas da cidade (...) no período que vai de março a julho, mais de 100 000 pessoas foram arrebatadas à vida, no interior dos muros da cidade de Florença”. Cf. BOCCACCIO, *Decamerom*. São Paulo: Abril, 1981, p 17.

⁴³ CHIFFOLEAU, Jacques. *O que faz a morte mudar na região de Avinhão no fim da Idade Média*, p. 117-130. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

“romano” já é um sinal dessa transformação, onde a vontade individual do testador aparece independente das pressões do costume. O fato de não se evocar mais a autoridade do *pater famílias* para justificara a continuidade social possibilita o surgimento da “morte de si” devido aos questionamentos às velhas solidariedades sociais. A novidade de seus argumentos consiste em atribuir a essas nuances um novo significado: as crises do final da Idade Média perturbam a passagem e a relação entre mortos e vivos; afeta a solidariedade da linhagem, rompe com as raízes culturais e geográficas dos homens. O que perturba os avinhoneses é a impossibilidade de reencontro com seus familiares no *pós morte*, de se juntar aos restos mortais dos seus e não a angustia visceral causada pelas doenças. O sentimento de fracasso pessoal, de fragilidade humana não se trata do amor à vida, mas sim ao surgimento de uma nova solidariedade, em que os mortos se vêem privados do acesso à sua família. Sendo assim, não são os acontecimentos do período que modificam as imagens da morte, mas a relação entre pais e tradição. É esse abandono, esse desenraizamento e a perda da linhagem imaginária e imaginada, “não o simples desaparecimento de parentes reais, que dá conta das novas atitudes em face da morte”.⁴⁴ Contraditoriamente, a noção de indivíduo se reforça com esse estado de instabilidade. “É na crise, no luto e na melancolia que nascem o homem, a religião e a racionalidade moderna”.⁴⁵

A despeito do surgimento do macabro, tanto Chiffolleau quanto Almeida partem do mesmo princípio - o aparecimento desse tipo de representação não coincide com as pestes. A crise social-demográfica, a multiplicação dos corpos e o medo, resultado direto das mortandades não podem explicar a explosão do macabro, pois lhe é posterior. Acreditamos que a emergência do macabro seja pensada a partir da confluência de fatores internos e externos, em que o impacto de choques exteriores numa cultura depende das respostas de dentro, da maneira como uma cultura está predisposta a responder a determinados eventos.

Ao longo da Idade Média Central multiplicam textos voltados para a reflexão sobre e a morte e o bem morrer. Num artigo intitulado *A Pastoral dos Doentes e dos Moribundos nos séculos XII e XIII* ⁴⁶ Joseph Avril desenvolve um estudo das pastorais destinadas a auxiliar doentes e a cuidar dos preparativos para um *bem-morrer*, ou seja, analisa os atos litúrgicos e sacramentais aplicados pelo clero no período. Ao se debruçar na documentação religiosa

⁴⁴ Ibidem, p. 129. O autor nos diz que a peste apenas acelera um processo que já vinha sendo acentuado. Dois aspectos são apontados como características desses novos ritos: 1- o cortejo como procissão que representa a última viagem; 2- a teatralidade, o narcisismo e detalhamento dos testamentos.

⁴⁵ Ibidem, p. 130.

⁴⁶ AVRIL, Joseph. *A pastoral dos doentes e dos moribundos no século XII e XIII*, p. 89-106. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

(fontes oficiais – legislações conciliares e sinodais, bulas e cartas papais, atas episcopais e cartas fundadoras de paróquias e definidoras do estatuto do vigário) aponta a evolução do ministério sacerdotal, ao qual ele atribui o conceito de “pastoral dos enfermos”. Durante toda a Idade Média existia um modo de proceder com os doentes, descritos nos manuais pastorais que passaram por profundas reformas efetuadas pelo papado a partir do século XIII e que culminaram na elaboração desses manuais destinados à instrução do clero. Porém existiam desvios duramente criticados. Um exemplo disso é o fato do clero regular interceder pelos que aguardavam a sua hora final e administrar os sacramentos de responsabilidade dos padres, além de muitos morrerem sem ter recebido os últimos sacramentos – fato grave para a sociedade da época – por causa do desvio doutrinal e da cupidez dos homens responsáveis por essa tarefa espiritual, verdadeira função do ministério sacerdotal. Apesar de existir estatutos que devem ser seguidos por todos os clérigos, cada localidade possuía a sua maneira de lidar com os doentes.

É um traço marcante da sociabilidade medieval a composição de sociedades alicerçadas em fortes laços de solidariedade mútua, num tempo em que o desespero frente a face da morte faz com que os homens queiram cercar-se de cuidados visando à salvação da alma; nesse sentido, eram encomendadas preces a amigos e a clérigos – em especial monges – que não só por ocasião da morte, mas também de forma contínua após esta, encarrega-se de assegurar, por meio das obsequias, a dose de bem-estar da alma partida.

Por mais que se trate de um texto breve, o autor elabora uma conclusão interessante no que diz respeito à maneira como as diretrizes preconizadas pelo papado e pelo episcopado foram postas em prática:

desde o fim da Antiguidade cristã, a pastoral dos doentes apoiava-se em três atos sacramentais considerados como indispensáveis: a penitência, a unção e a comunhão. Esse frágil equilíbrio foi logo rompido. A unção dos doentes foi relegada ao segundo plano, enquanto a confissão e a comunhão adquiriram uma importância excepcional: a procissão eucarística é solenizada, e no momento do viático o moribundo faz uma última profissão de fé.⁴⁷

Essa conclusão serve de explicação direta para sua tese. Os documentos apontam para o caráter pessoal da vida religiosa. Não apenas as exortações e advertências dos padres revelam isso, mas também as cláusulas religiosas dos testamentos: é para um Deus

⁴⁷ Ibidem, p.105.

misericordioso que o cristão faz sua última profissão de fé. E as palavras ditas pelo padre ao moribundo supõem nele uma verdadeira disposição do coração.

Em *Da Morte Madrasta à Morte Vencida – Atitudes Diante da Morte nas Lamentações Fúnebres Francesas*,⁴⁸ Claude Thiry se debruça sobre documentos que ainda hoje tem pouca atenção dos historiadores devido a sua reputação estereotipada: as lamentações fúnebres, uma fonte literária bastante profícua na Idade Média. Ao tratar das lamentações na *langue d’oïl* por meio de uma análise diacrônica para perceber a evolução das reações de uma elite em relação à morte, Thiry nos define o luto como uma ocasião a um só tempo repetida e única, que se traduz numa reflexão sobre a natureza da morte e busca abrir portas tanto àquele que se vai quanto àqueles que restam. Ao apontar como principal atração dos lamentadores franceses o impacto da morte para os sobreviventes, em que todas as facetas desse tema é trabalhado, o autor indica a existência de um paradoxo nesses escritos que se tornaram comum a partir do século XIII: emerge uma hostilidade à morte que acaba opondo o morto aos sobreviventes. Percebe-se nos discursos a bifrontalidade positivo-negativo.⁴⁹ A assimilação de uma “morte madrasta” em oposição a uma “morte mãe”, ambas retratadas em alegorias, torna-se frequente principalmente a partir do século XIV, em que essa ambivalência coloca a morte madrasta como resultante do ódio e da repulsa, retratando de forma assustadora a aflição dos sobreviventes ao lado da “morte semelhante a uma mãe solícita”,⁵⁰ como refúgio e fuga desse mundo e que permite aos justos o acesso a um lugar agradável. Ao apontar nas lamentações francesas o impacto do fenômeno sobre os vivos, Thiry acaba trazendo para o século XIV aquilo cuja gênese Ariès detectou apenas no século XIX, a chamada “morte do outro”. Isso não está explícito no texto, mas é o que podemos extrair dessa preocupação, do impacto da morte para os que foram privados de seu ente querido. Ao mesmo tempo em que critica a ideia de “morte domada” formulada por aquele mesmo historiador, Thiry assinala que os discursos dos poetas destacam mais a crueldade da morte, seu ódio para com ela do que essa aparente familiaridade. Mesmo antes do surgimento das grandes crises que assolaram a Europa e em especial a França no fim da Idade Média, no início do século XIV a “morte madrasta” reina no gênero e algumas transformações passam a

⁴⁸ THIRY, Claude. *Da Morte Madrasta à Morte Vencida – Atitudes Diante da Morte nas Lamentações Fúnebres Francesas*, p. 248-270. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁴⁹ Tanto a aflição dos sobreviventes quanto o reconhecimento dos valores positivos e negativos da morte são apontadas por Thiry como uma progressão dessas noções no conteúdo das lamentações.

⁵⁰ THIRY, Claude. *Da Morte Madrasta à Morte Vencida – Atitudes Diante da Morte nas Lamentações Fúnebres Francesas*, p. 248-270. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 254.

ser percebidas. Nesse mesmo século aparecem as primeiras mudanças de uma sensibilidade em relação a morte apontadas pelas fontes: apesar de se voltar para o defunto, as lamentações fúnebres acabam realizando uma reflexão generalizada sobre a morte em que o luto gerado pelo cessar da vida de um nobre se resolveria com outras mortes geradoras de outros lutos. A partir de então, “o poeta deve ainda proclamar sua dor pessoal ou o luto coletivo que justificam (...) os méritos do defunto”⁵¹ junto com a repulsa da morte – continua odiosa, mas pode ser dominada. Poderíamos dizer que para o autor as lamentações foram não textos *sobre* a morte, mas discursos *contra* ela, em cuja base encontra-se a valorização da biografia pessoal de cada um “e o dramatismo do passamento”⁵² possibilitados pelo deslocamento entre a percepção de um fenômeno coletivo e suas realizações individuais.

O último texto da obra *A Morte na Idade Média* trabalhado por nós faz jus à sua posição nela em função de aspectos cronológicos. É buscando relacionar morte e loucura no imaginário coletivo dessas épocas que Claude Blum escreve *A Loucura e a Morte no Imaginário Coletivo da Idade Média e do Começo do Renascimento*.⁵³ Blum palmilha os caminhos da evolução de um pensamento entre os séculos XIII e XVI. No interior desse processo, localiza o momento em que a inquietude e a obsessão pela morte cede lugar à inquietude da loucura, numa etapa em que se observa a emergência de um humanismo buscando dissolver a noção de pecado - de resto, indissociável da noção de morte medieval - para substituí-la por princípios que referem aquilo que é natural ou instintivo. Estamos no limiar do Renascimento, em que tanto morte quanto loucura significam o homem. Essa substituição brutal ocorrida entre 1450-1550 é um sinal de uma mudança de mentalidade em que se deve levar em consideração as Sagradas Escrituras e o conceito de loucura pregado por elas. Não apenas as imagens da morte mudam nessa passagem de “Idades”, mas a representação da própria loucura no imaginário social. Para sintetizar o pensamento do autor, a coexistência das alegorias do louco-natural e do louco-bufão, principalmente a partir dos anos de 1450 aparecem “como espécies de lugares imaginários em torno dos quais o sistema de pensamento organiza algumas de suas evoluções”⁵⁴ que diferentemente do século XII, uma história cristã da morte se concentrou apenas nos últimos momentos da vida.

Já destrinchamos no primeiro capítulo as principais teses, hipóteses e explicações de *O*

⁵¹ Ibidem, p. 257.

⁵² Ibidem, p. 261.

⁵³ BLUM, Claude. *A Loucura e a Morte no Imaginário Coletivo da Idade Média e do Começo do Renascimento (Séculos XII-XVI) – Aspectos do problema*. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁵⁴ Ibidem, p. 291.

Homem diante da Morte.⁵⁵ Lá nos preocupamos com os aspectos mais generalizantes apontados por Philippe Ariès no que diz respeito à história da morte no ocidente. Aqui nos aprofundaremos no que ele escreveu sobre a Idade Média, que ocupa grande parte do livro. Seleccionamos e analisamos as duas primeiras partes (os cinco primeiros capítulos), o que o autor nomeou de “todos nós morremos” e “a morte de si mesmo”.

Como demonstrado anteriormente, nesse livro – uma ambiciosa obra – a partir de uma perspectiva histórica, sociológica e até mesmo psicológica, ele analisa textos literários, inscrições lapidares, obras de arte, diários pessoais, textos hagiográficos, poemas, canções, crônicas oficiais, testemunhos anônimos e até as fontes iconográficas e os objetos da cultura material. Inicialmente Ariès busca compreender a relação entre as atitudes diante da morte e a tomada de consciência de si mesmo dos indivíduos e acaba nos fornecendo uma análise altamente inovadora.

No que diz respeito a morte domada, os medievais mostram-se familiarizados com ela, a simplicidade dos funerais, sua publicidade; um fenômeno totalmente coletivo, sem espaço para emergência do indivíduo nesse espetáculo, apesar de ser ele próprio quem organiza sua morte. Essa concepção apesar de antiga rompe com a interdição da morte pagã, com o medo, com a intolerância dos vivos para com os que se foram. Essa ligação entre morte e impureza é afastada ao longo do tempo, cujo distanciamento é provocado por uma mudança de mentalidade. Mas o que teria provocado essa mutação, quais as consequências diretas dela? Segundo Ariès, a fé na ressurreição dos corpos, associada ao culto dos antigos mártires e de seus túmulos na alta Idade Média aparece como consequência dessa transformação. Apesar de não expressar explicitamente a causa dessas mutações de mentalidade, sabemos que ele sempre as atribui ao inconsciente coletivo. O medo agora era de morrer sem sepultura e correr o risco de não ressuscitar; foi o terror da profanação dos túmulos primeiramente, e logo depois a busca de proteção dos mártires que criaram o enterro *ad sanctos*. Os mortos penetram nas cidades e os vivos é que começam a se instalar perto deles. Percorrendo seus argumentos, nos diz que o enterro nas igrejas era reservado exclusivamente aos que morriam em boas graças com ela. Dessa maneira o direito o proibia, mas na prática isso não acontecia. Sempre reservados às exceções – clérigos, mártires e benfeitores – essa tradição vai se cristalizar e durar até o século XVIII. Percebemos assim a substituição do enterro *ad sanctos* pelo *apud ecclesiam*, onde as atitudes continuam as mesmas, mas a mentalidade se modifica. Sepulta-se ainda próximo aos santos, mas prefere-se o sacrifício da missa à proteção daqueles;

⁵⁵ ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Adotamos aqui a última edição da obra, que reúne os dois volumes.

no século XII “já não era a memória de determinado santo que se procurava, era a própria igreja, por ali se celebrarem as missas; e o lugar mais apreciado era o altar, não a confissão do santo, mas a mesa do sacrifício eucarístico”.⁵⁶ Continua-se a se rezar sobre os túmulos dos santos, mas não se preocupam mais em se enterrar perto de suas relíquias.

Outro aspecto apontado pelo historiador faz referência ao que ele chamou de “clericalização da morte” no século XIII, primeira maior mudança na história das atitudes diante do fenômeno. Daí por diante os padres passam a ocupar o lugar central antes ocupado pelo moribundo. Os ritos – a vigília, o cortejo, o luto – passam a fazer parte das cerimônias religiosas, multiplicam-se as missas antes, durante e depois do sepultamento e o aumento do poder de alcance da intercessão pelos defuntos. Em síntese

os ritos da morte da primeira Idade Média eram dominados pelo luto dos sobreviventes e pelas homenagens que prestavam ao defunto (elogio e cortejo). Os ritos eram civis e a Igreja não intervinha senão para absolver: absolvição antes da morte e *absoute* póstuma aparentemente mal diferenciada no início. A partir de meados do século XIII ocorrem mudanças que devemos agora analisar e interpretar.⁵⁷

Na Idade Média central isso se modifica. Entre os séculos IX e XI – XIV e XVI a multiplicação das missas e a exploração das indulgências em favor dos mortos e da Igreja estão diretamente ligadas a intercessão pelos eles,⁵⁸ que passou a ser possível a partir do momento em que os defuntos não fossem imediatamente entregues aos suplícios do Inferno. É segundo Ariès essa transformação das estruturas mentais com a introdução do Purgatório que provocou as modificações das estruturas e das funções das missas.

As estátuas jacentes conhecidas como “representação” perpetuam até o início do século XVII uma concepção do além distinta da pregada pela Igreja. Aos poucos, essa representação do gozo pelo repouso eterno (ligada ao corpo), de descanso é sobreposta pela imagem do orante, perpetuada com a ideia de migração das almas.

Em se tratando dos temas macabros, nos diz não ser o medo da morte nem do além, mas resultado de um amor apaixonado pela vida, pelo mundo terrestre e resultado da consciência do fracasso de cada um na hora do trespasse. As artes e as danças macabras acabam expressando não a revolta, mas o desgosto diante dessa amargura. Nesse ponto acaba se voltando criticamente contra Huizinga que via a morte dos macabros como a descrição realista desse acontecimento. Assim como salientou Jean-Claude Schmitt, Ariès atribui aos

⁵⁶ ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p.96.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 212.

⁵⁸ Diferentemente das primeiras orações, que serviam apenas para honrar as mártires.

mendicantes e suas pregações essa modificação na morte tradicional, diferente do que a maioria dos historiadores fazem (muitos relacionam muito mais do que deveriam o macabro às epidemias de peste no fim da Idade Média).

Os traços cadavéricos não amedrontavam, apenas serviam para fortalecer a ilusão da vida suscitada pelo apego aos bens materiais. O reaparecimento do testamento no século XI associou riqueza à obra da salvação, onde a principal função era o “passaporte para o céu”. A partir de então, esse documento não era apenas um ato religioso, voluntário e imposto pela Igreja, mas um gênero literário, um ato pessoal em que a morte aparece individualizada e personalizada. Nas próprias palavras do autor sobre essa emergência da “morte de si”:

(...) a partir do século XII, entre os ricos, os letrados, os poderosos, vemos elevar-se a ideia de que cada um possui uma biografia pessoal. Esta biografia era constituída de início apenas de atos bons ou maus, submetidos a julgamento global: o de *ser*. Em seguida, também foi constituída de coisas, de animais, de pessoas apaixonadamente amadas, e também de uma reputação: de *possuir*. No final da Idade Média, a consciência de si e da sua biografia confundiu-se com o amor pela vida. A morte já não era apenas a conclusão do ser, mas também uma separação do possuir: é preciso deixar casas, pomares e jardins.⁵⁹

Percebemos assim que a igualdade dos homens diante da morte e o “triunfo” dela no final da Idade Média ilustra o poder coletivo da morte, contraditoriamente ao mesmo tempo em que faz emergir o individualismo de cada um quando sua hora chega. Essa última alegoria afasta-se do individualismo, mas está muito mais afastada da morte domada. Apesar de ter consciência de que ia morrer e se preparar para isso, a morte não previne; esse é o seu grande triunfo.

A obra não trás uma análise das transformações e permanências das atitudes diante da morte de forma linear. Acaba indo e voltando no tempo pra melhor exemplificar, mostrando os modos se sentir e agir novos, mas que dão a impressão de antigos e as falsas sensações de ruptura de determinada mentalidade que certamente persiste, porém sob formas diferentes. O livro nos mostra que a trajetória humana em torno da morte não tem continuidade temporal, pois velhas atitudes sobrevivem a novos modelos. O centro de análise está a França. Contudo, no Medievo, o modelo predominante é o da morte como membro das comunidades, que conduz os homens a uma espécie de sono. Em seguida, vem à tona o indivíduo e impõe-se a noção de sobrevivência da alma, a sede da individualidade. Deslizou-se “*de uma consciência de morte e condenação de uma vida para uma consciência de morte e amor desesperado*

⁵⁹ Ibidem, p.182.

dessa vida” (grifo do autor).⁶⁰ Apesar da emergência da “morte de si”, ela continua sendo “imemorial, em público, do jacente no leito”.⁶¹ Continua domada.

No centro de análise está a França apesar do diálogo com outras regiões. As principais críticas à obra se dão ao fato de seu autor ter percorrido um caminho que buscava uma abordagem extensiva de fontes de naturezas diversas e em análise simultânea. Como salientou Peter Burke

Especialistas na Idade Média encontraram evidências contra suas generalizações excessivas sobre o período. Outros historiadores criticaram Ariès por estudar a evolução europeia, apoiando-se tão somente em evidências quase que exclusivamente limitadas à França, e por não distinguir com mais clareza entre as atitudes dos homens e das mulheres, das elites e do povo comum.⁶²

Em consideração aos conteúdos dos textos analisados, percebemos a variedade de temas relacionados, de métodos, de abordagens que contemplam desde relações sempre feitas pelos historiadores, mas com novos enfoques – análise dos costumes, das práticas, o papel da Igreja em todo esse sistema, o papel da memória e dos ensinamentos para o bem-morrer, as concepções que se tem da geografia do além – às observações mais originais, verdadeiras inovações no campo do medievalismo sobre a morte – relação morte-loucura, morte-velhice, estudo da aparição de “fantasmas”, além das mais variadas explicações para o fenômeno nesse período tão significativo da história europeia.

Observamos assim que para o homem medieval, a morte não é um conceito abstrato; ela apresenta-se concretamente em seu dia-a-dia, e em suas representações está sempre dotada de significações. Essa complexidade da ideia e do conceito de morte nos faz apreendê-la “como uma realidade física e espiritual. (...) Ela dissolve vínculos sociais antigos e cristalizados e conduz a outros novos”.⁶³ Na Idade Média, a morte possui um estatuto jurídico, uma personalidade, traços marcados e bem definidos. À sua proximidade, sobrevêm o medo e o desespero. Creio que isto se deva justamente ao fato de ela não significar propriamente um fim, mas um meio para alcançar o que realmente se espera: a glória eterna. Ritual de passagem, como quer a literatura cavaleiresca, ou prêmio de redenção para aqueles que chegaram ao termo de uma jornada dignamente cumprida, a morte encerra uma busca. E, para a obtenção do êxito, faz-se necessário que se esteja preparado. Pois é preciso vigiar. E é dessa

⁶⁰ Ibidem, p.183.

⁶¹ Ibidem, p.268.

⁶² BURKE, PETER. *A Escola dos Annales – A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 58.

⁶³ WILLIAMS, G. Scholz. A Morte como Texto e Signo na Literatura da Idade Média. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996, p.132.

longa vigília que se faz a vida na Idade Média. A concepção de morte no homem medieval é ambígua: ela compreende, por um lado, uma alegria que aportará o alívio para as preocupações mundanas, mas que, por outro lado, não acontecerá caso não se passe pelos horrores da travessia.

Capítulo III

Entre o Paraíso e o Inferno: o “terceiro local” nas obras de Le Goff e Vovelle

*“Quem nesta vida mais socorrer as almas do purgatório,
Deus fará com que seja também socorrido por outro,
quando estiver lá no meio daquelas chamas”
Agostinho de Hipona*

Sem sombra de dúvidas, dos três lugares do além cristão o purgatório foi o que mais tardou para ser definido e o que causou mais divergências tanto entre religioso quanto entre leigos. Esse “espaço” indefinido e de difícil representação apareceu como resultado das transformações sociais e mentais da Idade Média e correspondia às exigências religiosas de uma época marcada por forte espiritualidade. Aqui analisaremos duas obras de autores diferentes sobre o “nascimento” e as “figurações imagéticas” desse lugar que permeou o imaginário cristão medieval. Seleccionamos as obras *O Nascimento do Purgatório*¹ de Jacques Le Goff e *As Almas do Purgatório ou o trabalho de Luto*² de Michel Vovelle a fim de compararmos suas interpretações.

Le Goff modificou de forma fundamental a percepção que tínhamos do Medievo e inovou ao introduzir a ideia de longa Idade Média, prolongada até o século XVIII e findada com a Revolução Industrial. O mesmo nos explica

Eu fui voluntariamente provocador ao falar de uma longa Idade Média que se prolongou até o século 18. Continuo a pensar que há uma certa verdade na ideia de que a Idade Média vai até o fim do século 18, se observamos aspectos essenciais, como a fome, as pestes, a indústria – a economia capitalista do século 18 é uma grande virada (...). Mas, mesmo que consideremos que o fim da Idade Média acontece no fim do século 15, ela não era decadente, não era triste, mas sim soberba, até exagerada”.³

Esse medievalista francês dedicou boa parte de sua longa carreira à “antropologia histórica medieval”, disciplina que enriqueceu ao abordar todos os aspectos da vida em

¹ LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. São Paulo: Estampa 1995.

² VOVELLE, Michel. *As Almas do Purgatório ou o Trabalho do Luto*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

³ LE GOFF, Jacques. Entrevista ao Estadão. Outubro de 2010. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/arte-e-lazer,jacques-le-goff-foi-decisivo-para-o-estudo-da-idade-media,1148193,0.htm>. Último acesso 23/01/2015.

sociedade e foi um dos pais do movimento *Nova História*. Como um dos representantes da terceira geração dos Annales, dedicou-se à História das Mentalidades e ao Imaginário Medieval. Também se aprofundou nas generalizações de autores anteriores a ele e se preocupou em criar um novo tipo de história voltada à pesquisa interdisciplinar, além de ter se voltado ao resgate de uma história das sensibilidades humanas. Segundo Agostinho Menotti Orlandi sobre a concepção de história desse historiador

Jacques Le Goff, que marcou a historiografia contemporânea com as suas ideias e com suas obras, explica o trabalho do historiador segundo as relações entre o que são a memória e as oposições passado/presente, antigo/moderno, progresso/reação. O passado como uma construção e uma reinterpretação constante.⁴

Já discutimos sobre teoria no nosso primeiro capítulo, mas é importante que façamos uma distinção. Como mostrou Barros, “a História do Imaginário não se ocupa propriamente destas longas durações nos modos de pensar e de sentir, mas sim da articulação das imagens visuais, verbais e mentais com a própria vida que flui em uma determinada sociedade”.⁵ Sendo assim, não é como a História das Mentalidades que maneja o abstrato, aquilo que pode ou não se expressar por imagens. O imaginário nem sempre se forma em longa duração, pode ser uma questão particular e dinâmica, muito relacionado à representação propriamente dita. Foi buscando essa articulação de imagens à vida que flui em sociedade, em outras palavras, a mútua interação entre o imaginário religioso medieval e a sociedade que o produziu que Jacques Le Goff redigiu *O Nascimento do Purgatório*.

Tanto Le Goff como Vovelle, ambos os autores analisados a seguir, andaram pelo mesmo caminho: se preocuparam com a história dos modos de ser, pensar ou agir; das sensibilidades humanas na longa duração e com o imaginário no período medieval. No entanto, enquanto Le Goff se preocupou ao menos inicialmente em seus trabalhos, com a inércia das estruturas mentais, com “o nível mais estável, mais imóvel da sociedade”,⁶ Com o passar do tempo acabou revendo seu conceito de “mentalidade”. A partir de então, metodologicamente, não se volta nos seus estudos apenas para aquilo que anteriormente acreditava imutável, mas sim daquilo que se sabe mudar lentamente e que, apesar disso, possui certa dinamicidade. Conciliou a curta com a longa duração. A obra analisada aqui

⁴ ORLANDI, Agostinho Menotti. *Le Goff vs Vovelle: um embate de longa duração*. Disponível em www.webartigos.com/artigos/le-goff-vs-vovelle/38140/. Último acesso em 20/01/2015.

⁵ BARROS, José D’Assunção. Imaginário, Mentalidades e Psico-História – uma discussão historiográfica. *Labirinto* - Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário, 2000. Disponível em <http://www.cei.unir.br/artigo71.html>.

⁶ LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. São Paulo: Francisco Alves, 1976, p.69.

reflete muito bem isso, essa nova maneira de conceber a história. Por outro lado, Vovelle tendeu a se afastar dessa análise totalizante para não cair no reducionismo. Segundo ele não é interessante à análise da totalidade em uma ou outra camada social, na cultura da elite e da cultura popular.⁷ Rejeita a ideia de passividade das massas conservadoras ou receptoras à força, pois o imaginário coletivo age sobre elas.

Enquanto Vovelle preocupou-se mais com as imagens ao invés de se debruçar sobre textos, usando a iconografia não apenas como anexos ou suportes, mas como portadoras de discursos regidos pela dinâmica dessas mesmas imagens, Le Goff preocupou-se com o valor das palavras, com a importância delas, chegando a criticar os historiadores que as negligenciam

sem dúvida, os historiadores não dão ainda a importância suficiente às palavras. (...) Para os historiadores das ideias e das mentalidades, as palavras – certas palavras – fenômenos (sic) a longos prazos vindos lentamente das profundezas, têm a vantagem de aparecer, de nascer e de trazer assim elementos cronológicos sem os quais não há verdadeira história.⁸

Por isso tem a preocupação de analisar textos em língua vulgar a fim de melhor comparar a evolução desse lugar intermédio tanto no imaginário quanto na palavra escrita.

Apesar das diferenças, os dois contribuíram de forma significativa para a compreensão desse “intervalo propriamente espacial que se insinua entre o Paraíso e o Inferno”.⁹ Vamos ao conteúdo dos trabalhos.

Obra célebre sobre o assunto, *O Nascimento do purgatório*¹⁰ de Le Goff trata sobre a historicidade do conceito de purgatório e sua instalação na Idade Média a partir das transformações das representações da vida após a morte. Fundamentando-se em grande parte nas Sagradas Escrituras e nos textos de variadas naturezas produzidos por religiosos, aponta esse terceiro local como uma criação dos próprios medievais, sem equivalência nos textos sagrados, cuja ideia de surgimento – ou nas suas palavras, nascimento – fazia parte da transformação do cristianismo feudal, havendo conexões entre as mudanças intelectuais e as sociais. Aponta Agostinho como precursor dessa ideia, na emergência da noção de um lugar intermediário nos primeiros séculos do cristianismo, apesar de não haver citação direta nas obras desse teólogo. Ao mesmo tempo, insistia na “mediação” de “estruturas mentais”, de “hábitos de pensamento”, ou de “aparatos intelectuais” – mentalidades – observando que, nos

⁷ Apesar de sua aproximação com o materialismo histórico no início de sua carreira como historiador, Vovelle tornou-se um dos maiores representantes da história das mentalidades. Cf. VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

⁸ LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. São Paulo: Estampa 1995, p. 17.

⁹ Ibidem, p.20.

¹⁰ Ibidem.

séculos XII e XIII, surgiram novas atitudes em relação ao tempo, espaço e número, inclusive o que ele chamava do “livro contábil da vida depois da morte” em referência ao julgamento individual de cada um após o trespasse. O Purgatório apenas passa a ser substantivado, ou seja, a existir, a partir da “espacialização do pensamento” em referência a esse local no fim do século XII.

O livro encontra-se dividido em três partes: a primeira intitulada *O Além antes do Purgatório* que expõe os elementos de formação secular – a herança de outras religiões e os locais da pré-história desse “local” – que estruturaram e formaram no século XII; a segunda – *O Século XII: O Nascimento do Purgatório*, quando surge a “crença” nesse além intermédio, onde os mortos passam por provas abreviadas pelos sufrágios dos vivos. Nesta parte procura examinar a sua lógica de funcionamento e aponta a mutação da sociedade que o criou; e por fim *O Triunfo do Purgatório*, se bem que atenuado e limitado, graças à Escolástica no século XIII.

Um dos principais apontamentos de Le Goff diz respeito mesmo a esse “nascimento”. Apesar da ressalva que faz – “É verdade que não se data uma crença como um acontecimento, mas devemos afastar a ideia de que a história a longo prazo é uma história sem datas” – ¹¹ propõe que o surgimento do purgatório “faz parte de um conjunto ligado à transformação da Cristandade Feudal, da qual a criação de esquemas lógicos ternários com a introdução de uma categoria intermediária foi uma expressão essencial”.¹² Em se comparando à Alta Idade Média, que era marcada pelo sistema binário (Deus/Satã; Vícios/Virtudes; Clérigos/Laicos; Poderosos/Pobres), na virada do ano mil as mutações sociais modificaram as atitudes em relação à geografia imaginária do além. A partir de então, esse esquema é substituído pelo modelo ternário (as três ordens do feudalismo; os três lugares do além). O autor diz que o maior apego as coisas terrestres e a consciência do julgamento individual entre a morte e a ressurreição foram elementos necessários à criação desse espaço. Isso nos leva a uma indagação do autor: o que equivale o aparecimento desse lugar? Na verdade, equivale a uma necessidade de justiça, maior até que o desejo de salvação, onde as injustiças do mundo terrestre seriam reparadas.

Para que o purgatório nasça é necessário que a noção de ponto intermédio ganhe consistência ao mesmo tempo em que ele possa substituir ou predominar sobre esses outros lugares existentes entre o Céu e o Inferno. A crença na imortalidade da alma e na ressurreição, a noção de julgamento e de responsabilidade individual contribuíram para a

¹¹ Ibidem, p. 17.

¹² Ibidem, p. 269.

expansão desse espaço no imaginário social e na geografia do além num século de explosão da cristandade latina: o século XII.

O século seguinte ao aparecimento do lugar de purgar os pecados aparece como um período de organização, em que os teólogos latinos sentem a necessidade de melhor defini-lo devido a uma “dupla desconfiança quem vem, sem dúvida, de certo mal-estar perante uma crença tão pouco e mal fundamentada na Santa Escritura, e, sobretudo, do medo de ver essa crença submersa pela piedade vulgar e supersticiosa”.¹³ Esse mesmo século XIII aparece como período do triunfo social do purgatório, uma exigência das massas no Ocidente.

No que diz respeito à relação purgatório/cultura popular, duvidamos quanto a essa necessidade, essa exigência do purgatório (no sentido próprio do termo) de grande parte da sociedade mais humilde. Enquanto para Vovelle a crença no terceiro local vai se fundar exclusivamente na religião popular, visto não está contida de forma alguma no discurso original da Igreja cristã, Le Goff diz tratar-se de uma mescla entre a cultura folclórica e a erudita, em que as pressões exercidas pela primeira no século XII contribuíram de forma decisiva para o seu aparecimento. Mas seria apenas uma influência do cristianismo que se encontrava quase que soberano em grande parte da Europa medieval? Trata-se de uma necessidade das massas ou da própria Igreja para reforçar seu poderio nas coisas do além-túmulo? Se retomarmos o pensamento de Ariès perceberemos que não.¹⁴ Ele nos fala sobre a permanência de uma antiga noção do além presente na literatura da Alta Idade Média, em que o trespasse era identificado ao descanso, lugar de espera antes da ressurreição onde a preocupação era menos com a punição aos condenados e mais com as recompensas aos bem-aventurados. O próprio Vovelle nos mostra isso ao analisar as imagens que representam esse lugar. Essa ideia de lugar de refrigério – inclusive, muito condenada por Agostinho – vai permanecer por muito mais tempo na cultura popular e na sua materialização, disseminada a partir da oralidade. Por mais que a criação do Purgatório como lugar intermediário excluísse essa possibilidade de repouso antes do Juízo final e da ressurreição dos corpos, a antiga concepção do além continuou a existir entre as classes mais baixas da população mesmo com a imposição da Igreja. O material produzido por grandes teólogos urbanos como Gregório o Grande, Honorius Augustodunensis e outros clérigos, utilizado por Le Goff como documento, mostra bem essa dificuldade de elaboração mais objetiva e específica do purgatório e de sua

¹³ Ibidem, p. 285.

¹⁴ Retomaremos um dos artigos de Ariès a fim de comparar com os dos outros dois autores e melhor fundamentar nossa hipótese. Cf. ARIÈS, Philippe. *Uma Antiga Concepção do Além*, p. 79-87. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

imposição. Essa mentalidade de lugar de descanso vai persistir pelo menos até o XVI, o que nos leva a indagar sobre a real motivação da criação do purgatório e por que estrato social essa doutrina, logo depois transformada em dogma, vai ser elaborada. Dessa maneira, nossa hipótese é que sim, a cultura popular influenciou de maneira significativa a elaboração, a “substantivação” – nas palavras de Le Goff – desse terceiro local. Mas foi a própria instituição eclesiástica que se esforçou em melhor defini-la ao longo do tempo, apropriando-se e modificando aquela crença já arraigada no folclore cristão medieval com raízes na antiguidade, o que nos faz relativizar o pensamento de Le Goff no que diz respeito a essa “exigência”, pois como explicar essa “necessidade” se muitos permaneciam fieis a seus antigos modos de figuração?

Em síntese, para Le Goff, nesse além-cristão em constante desenvolvimento, o lugar central “foi o elemento intermédio, efêmero, frágil e no entanto essencial”,¹⁵ cujo êxito se deu graças à sua espacialização e ao imaginário social cujo desenvolvimento pleno permitiu. *O Nascimento do Purgatório* foi sua contribuição mais substancial para a história das mentalidades e do imaginário. Uma obra inovadora.

Em *As Almas do Purgatório ou o trabalho de Luto*,¹⁶ Vovelle procura interpretar a partir de imagens como o Ocidente cristão conseguiu reconstruir o imaginário do terceiro local a fim de conviver com os mistérios da morte e apaziguar o trabalho de luto. Para isso se utiliza de iluminuras, afrescos, retábulos, xilogravuras, o cinema, a televisão dentre outras fontes iconográficas. Apesar de a obra abarcar do final do século XIII ao XX, abordando “o purgatório no mesmo período em que Jacques Le Goff o abandona”,¹⁷ ou seja, parte de um estudo sobre as origens da ideia de purgatório, aqui apenas trataremos da parte que diz respeito diretamente à Idade Média.

Partindo do tipo de fonte e da análise que Vovelle empreende, ele segue o caminho inverso. Ao invés de se debruçar sobre textos e usar a iconografia apenas como anexos ou suportes, prefere tratá-las não apenas como figuração desses textos, mas como portadoras de discursos regidos pela dinâmica das imagens. “A imagem fala mesmo quando se cala”,¹⁸ justifica. Sendo assim, inverte o procedimento habitual. Podemos situar o livro no meio caminho entre a História das Mentalidades e a do Imaginário, onde as figurações e representações dizem mais do que os discursos cristalizados a cerca das mudanças de

¹⁵ Ibidem, p.427.

¹⁶ VOVELLE, Michel. *As Almas do Purgatório ou o Trabalho do Luto*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

¹⁷ Ibidem, p.14.

¹⁸ Ibidem, p.15.

sensibilidade coletiva, que nutre o imaginário social do período medieval.

Para a compreensão do imaginário a cerca do purgatório, desde sua criação ao seu desaparecimento quase total na contemporaneidade, Vovelle parte de alguns questionamentos: estaria esse local reconhecido e estabelecido na virada dos séculos XIII e XIV? Haveria dois purgatórios, um de inspiração da cultura popular e outra da cultura erudita? É possível tratar dele em imagens sem deixar de evocar os “fantasmas” e outros locais de existência temporária na busca mesma desse terceiro local? Porque abundam apenas no século XV as representações sobre o purgatório?

Ambos os autores trabalhados neste capítulo concordam no fato de a criação do purgatório refletir uma mudança de mentalidade no meio da Idade Média, passando a se impor à antiga, mas durante muito tempo persistente, figuração binária dos espaços do além – inferno e paraíso. Para eles, é a tomada de consciência individual que recusa esse esquema binário. Diferentemente de Le Goff, que centra seu estudo no “nascimento” desse emergente local, Vovelle dá uma atenção maior no que diz respeito ao Medievo ao século XV, onde ocorre a explosão da imagem, e passa a ser representado para toda a cristandade e não mais como antes restrito a uma elite. Essa hipótese levantada pelo autor, bem como “a dificuldade material de representar o que por muito tempo não teve nome, o que permaneceu um estado antes de se tornar um local a ser preenchido e povoado”,¹⁹ explicaria o fato de apenas mais de um século depois da criação da palavra *purgatorium* (1170-1200) por Pierre Le Mangeur aparecer a primeira figuração gráfica desse local, o que leva também Le Goff ao questionamento: conservadorismo da imagem? Nesse sentido, podemos ver que a obra de Vovelle conversa com outra inovadora: *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*,²⁰ de Jean-Claude Schmitt. Vovelle nos diz que anteriormente a multiplicação de figurações do purgatório, na visão de mundo dos medievais o problema dele já se encontra resolvido, pois os mortos “viviam” entre os vivos. Schmitt nos mostra relatos de aparições de fantasmas com determinadas funções sociais. Ele privilegia o coletivo, o morto ordinário e não os casos excepcionais. Se observarmos bem, as teses dos dois autores se complementam. Schmitt nos fala que em plenos séculos XII e XIII, principalmente nesse último, vão multiplicar textos que tratam dessas aparições. Apesar de também trabalhar com imagens, na grande maioria dos casos trata-se de textos. Se essa numerosa quantidade de textos sobre aparições que estão

¹⁹ Ibidem, p. 29.

²⁰ SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999. O título original *Les revenants*, “Os fantasmas” (ou, mais literalmente, “Os que voltam”), foi excluído do livro em português, batizado com o subtítulo da edição francesa, *Les vivants et les morts dans la société médiévale*.

estritamente relacionados ao purgatório tratam mais especificamente dos mortos comuns, dá pra entender a hipótese inicial de Vovelle sobre as representações imagéticas desse terceiro espaço do além, “ao caráter por tanto tempo elitista de um local ainda reservado (...) aos soberanos e príncipes, e que só irá se abrir seletivamente aos monges e monásticos nos séculos XII e XIII, com algumas entradas no meio cavalheiresco”.²¹ Podemos levantar a seguinte hipótese para o problema: para os mortos comuns, relatos e referências escritas; para os mais abastados, textos e imagens, principalmente imagens. Parece paradoxal se levarmos em conta que durante a época medieval a maioria da população europeia era iletrada e que os membros da igreja utilizavam a iconografia para a evangelização. Mas como Schmitt apontou muitos dos relatos analisados era transcritos pelos clérigos, sendo uma quantidade bem menor auto registrada. Quanto mais detalhada a figuração, melhor o material utilizado pra isso, o que requer um custo mais elevado.

Durante muito tempo, as figuras desse lugar intermediário apareceram relacionadas, direta ou indiretamente, ao juízo final. No entanto, para preencher esse espaço que existia entre o juízo particular e o coletivo, outros lugares começam a surgir na iconografia como, por exemplo, o seio de Abraão e o que outros autores também chamam de limbo dos patriarcas. Porém, com a emergência e fixação do purgatório como um espaço fixo fez com que o seio de Abraão fosse pouco a pouco abandonado nas pinturas e retábulos, não acontecendo o mesmo com o limbo devido a sua simbologia. Pelo que foi explicitado acima, resta nos interrogarmos: o que fez a representação do seio desaparecer? Segundo o autor, a consciência dos pecados e da impossibilidade da passagem direta com a morte – o contrário encontrava-se inscrito nas imagens do seio – faz com que aos poucos essa representação fosse abandonada. Associado a isso, um novo contexto emerge para a explosão de imagens mais elaboradas desse terceiro local: “a implantação excepcionalmente vivaz das crenças populares no tocante à morte e aos mortos”,²² o que contribuiu segundo à interpretação do historiador, ao aumento da importância dada a missa, substituta no fim da Idade Média das oferendas aos mortos.²³

Assim como Vovelle, Le Goff atribui ao purgatório uma função de combate. Entretanto, enquanto aquele nos diz ser um combate contra o protestantismo que o negou, por volta dos séculos XVI e XVII, o outro diz tratar-se também e anterior da luta contra os hereges (XII e XIII) e os gregos (XIII e XV).²⁴ Le Goff também enfatizou sobre o papel

²¹ VOVELLE, Michel. *As Almas do Purgatório ou o Trabalho do Luto*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.29.

²² Ibidem, p.54.

²³ A partir de então as oferendas passam a ser direcionados aos pobres, substitutos dos mortos na terra.

²⁴ Paradoxalmente, segundo o medievalista, os “fundadores” do Purgatório foram os gregos Clemente de Alexandria e Orígenes, uma heresia aos olhos dos dois cristianismos – grego e latino.

desempenhado pelo fogo nas descrições do purgatório. Ele servia pra punir, purificar ou era um fogo probatório? Ao depender o tipo de texto em que essa relação aparece, pode significar a mesma coisa e como mostrou bem Vovelle, existia diferença de tonalidades na hora de retratar iconograficamente o fogo do purgatório e o fogo infernal.

No livro de Vovelle o purgatório parece como um espaço equívoco, ao mesmo tempo prisão e lugar de passagem. Sobre ele aparecem também as ambiguidades presentes na evolução de sua representação até pelo menos a Reforma Protestante no século XVI, onde aparecem as primeiras contestações, não somente devido a crítica às indulgências, mas ao próprio status desse ambiente de tema tão metafísico.

Como salientou Jerônimo Teixeira sobre aspectos apontados por Vovelle na obra

No Concílio de Lyon, em 1274, o purgatório já era promulgado como dogma – e confirmado nessa condição no Concílio de Florença, em 1439. O novo conceito ajudou a Igreja a administrar crenças populares antigas e renitentes: a noção supersticiosa de que os falecidos conservam influência sobre os vivos, seja na forma de entes protetores do lar, seja na de assombrações de cemitério. Essas concepções chocavam-se com o esquema binário céu-inferno, no qual não se admite acesso ao mundo dos mortos. O purgatório, ao contrário, é permeável às súplicas dos viventes. O fiel pode rezar pela salvação de seus entes queridos. E ainda pagar indulgência à Igreja, para redimi-los – ou, antecipadamente, para salvar a si mesmo.²⁵

Percebemos assim, que o purgatório representou um lance de criatividade teológica, permitindo aos cristãos a administração melhor de sua relação com os mortos.

As Almas do Purgatório ou o trabalho de Luto, fruto de uma investigação assídua e do laborioso manejo das imagens, mostra que o espaço indeciso entre a danação e a salvação sempre foi um desafio para as artes visuais. Ora expressava a figuração de um lugar (ígneo ou aquático) de passagem, de viagem, de prisão ou conciliava as ideias antigas às novas leituras do além. Reservada primeiramente às ilustrações voltadas para uma elite, a figuração do purgatório aos poucos vai ganhando dinamicidade e no século XV sai das margens dos livros de horas e passam ao interior das igrejas para chegar a todos da Cristandade.²⁶

Le Goff concluiu seu livro defendendo esse terceiro local e colocando-o como símbolo do

²⁵ TEIXEIRA, Jerônimo. *O Terceiro Lugar*. Disponível em <http://veja.abril.com.br/020610/terceiro-lugar-p-238.shtml>. Último acesso em 15/01/2015.

²⁶ Voltando a um assunto que permeou todo esse trabalho até aqui, a questão da familiaridade com os mortos na Idade Média proposta por Ariès também foi contestada por Vovelle. Segundo este último, existia medo dos mortos agressivos e sanguinários na época em que a problemática do purgatório ainda não estava bem estabelecida. Cf. VOVELLE, Michel. *As Almas do Purgatório ou o Trabalho do Luto*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 30-38.

progresso intelectual na Idade Média e relacionando-o ao reconhecimento da consciência individual de cada um no memento da morte. Entre a publicação de sua obra e a de Vovelle – cerca de quinze anos – essa visão de progresso linear desmorona, o que faz este último atualizar esse argumento do primeiro. Segundo Michel Vovelle, “o purgatório passou de uma conquista para, ao mesmo tempo tornar-se um instrumento ambíguo de controle social e ideológico, e também, olhando de baixo, o reconhecimento assumido do pecado do qual precisa purgar-se por própria conta (...)”.²⁷

Apesar das diferenças metodológicas entre os autores, poderíamos classificar esses dois trabalhos como complementares. Enquanto o primeiro lida com as palavras, com textos – documentos no sentido positivista – o segundo se preocupou com a imagem. Ambos contribuíram de forma significativa para a explicação e compreensão desse espaço complexo e gerador de querelas dentro e fora do ambiente religioso ocidental. Foi justamente a sua elaboração que possibilitou uma modificação espaço-temporal do imaginário cristão medieval ao mesmo tempo em que proporciona uma terceira via de resgate da alma após a morte. A instituição do purgatório, muito impulsionada pelo surgimento de novos estratos sociais, traduzia a necessidade de mudança, pois cada vez mais se rejeitavam ideias e explicações de caráter simplista.

Atualmente o dogma do purgatório é um tema em desuso, desacreditado, esquecido e até mesmo combatido. Nos meios acadêmicos tornou-se quase obsoleto. Como explicar esse processo? O discurso da igreja teria mudado?

Uma lenta, mas profunda mudança de mentalidade. Tudo começa em pleno século XIX, um novo momento de contestação. Não mais colocada em dúvida por religiosos, mas por filósofos e novos espíritos críticos. Eis que surge a questão acompanhada de uma lógica invertida: as almas sobem aos céus ou descem para a terra? Como Ariès nos mostrou bem, nesse mesmo século XIX, as rezas pelas almas do purgatório sofreram a intervenção da doutrina espírita que abandonou a representação individual e personificada dos supliciados. Entra em cena outra perspectiva religiosa: as almas transformam-se em espíritos, instaurando o silêncio nas imagens. O que Vovelle confirma – “a grande arte se afasta do purgatório. Chegou o tempo de uma volta à morte selvagem, longe de qualquer ideia de consolação”.²⁸

No século XII ele surge; em pleno XIV ele reina. Reina nas práticas, nos testamentos. Reina na mentalidade e no imaginário intelectual e aos poucos vai sendo assimilado pelas massas europeias. No século XIX ele agoniza e no seguinte padece.

²⁷ Ibidem, p.326.

²⁸ Ibidem, p. 308.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O reino dos céus é uma condição do coração e não
algo que cai na terra ou que surge depois da morte*
Nietzsche

Depois de tudo o que foi dito, nos indagamos: o que representa para nós a morte – de si ou do outro – enquanto seres humanos com forte desejo de vida? Representa muito mais que uma certeza natural. A reflexão sobre o trespasse, as atitudes e os rituais que os acompanha tornou-se uma questão essencial em todas as culturas. Mesmo ela se tornando interdita hoje em tempos de “hospitalização”, o fenômeno foi substituído pela doença. Apesar dessa ocultação, sua História jamais estará encerrada.

No século passado, buscando romper com essa interdição aparente, nasce uma nova ciência, cujo objeto de estudo era especificamente a morte: a Tanatologia.¹ Segundo Franklin S. Santos, “a Tanatologia poderia ser definida como a ciência que estuda a morte e o processo de morrer em todos os seus aspectos: forense, antropológico, social, psicológico, biológico, educacional, filosófico, religioso e estético”.² Desde então o Brasil tem seguindo a trilha dos pioneiros no estudo do tema.

A partir dos textos analisados acima, podemos identificar no que diz respeito às atitudes diante da morte, mutações e continuidades percebidas até os nossos dias, mas também fenômenos que nos dão a falsa impressão de permanências. Em se tratando de um assunto situado no hall do mental, as “rupturas” quase não são percebidas e quase nunca acontecerão de forma consciente.

No nosso primeiro capítulo fizemos uma comparação entre obras célebres de Philippe Ariès e Michel Vovelle, focando principalmente, nos embates entre “inconsciente” e “imaginário coletivo”.

¹ Em referência a Tânetos, a personificação da morte na mitologia grega.

² SANTOS, Franklin Santana. A Tanatologia e a universidade. In: INCONTRIN, Dora; SANTOS, Franklin Santana (orgs.). A arte de morrer: visões plurais. Bragança Paulista: Comenius, 2007, p.292.

Ariès elaborou uma das mais significativas teses a respeito das transformações das atitudes dos homens diante da morte. Segundo ele é possível traçar uma periodização das atitudes diante da morte no Ocidente: a “morte domada ou domesticada”, ao mesmo tempo familiar e próxima, cuja cerimônia era pública e organizada – característica mesma de culturas pré-cristãs – que a cristandade medieval, com seu aparato ideológico, esforçou-se por fazer prevalecer; a “morte de si” onde emerge a particularidade de cada indivíduo na hora do trespasse e o medo do julgamento da alma a partir do fim da Idade Média; a “morte do outro” no século XIX, com a exaltação dos túmulos e dos cemitérios e por fim, a “morte interdita ou oculta”, transformada em tabu na época contemporânea, onde os doentes perdem seus direitos perante sua morte, são privados dela e perde consciência de sua individualidade. O sentimento em relação à família também se modifica: aumenta-se a confiança, que agora assume o lugar do documento para o cumprimento dos desejos piedosos do ente.

Diferentemente dele (o que nos aproxima um pouco mais de Michel Vovelle), atribuímos grande relevância às instituições, à cultura, aos costumes, às doutrinas religiosas e efeitos psicológicos dos progressos científicos e técnicos na constituição das maneiras de sentir e agir sobre a morte.

Michel Vovelle nos diz que essa laicização dos testamentos com o desaparecimento das cláusulas piedosas de cunho religioso é um reflexo da descristianização da sociedade (em questão o Ocidente europeu) ocorrida entre 1730 e 1770 e seria essa mutação da sensibilidade religiosa a responsável pela mudança radical na sensibilidade coletiva dos homens diante da morte. Esses testamentos nos remetem a um momento importante (século XVIII) no balanço das atitudes coletivas, em que o avanço na ciência possibilitou os homens desfrutarem de uma longa vida, encerrada sem dor e voluntariamente, refletida nos testamentos: a dessacralização da sociedade moderna. Também classificou três modalidades de exposição: a morte sofrida ou consumada – o fato concreto de morrer; a morte vivida – todo um complexo de gestos e ritos que acompanham e o discurso inconsciente ou organizado da morte.

No capítulo seguinte, nos debruçamos e analisamos parte da historiografia que trata da Morte na Idade Média. Em consideração aos conteúdos dos textos analisados, percebemos a variedade de temas relacionados, de métodos, de abordagens que contemplam desde relações sempre feitas pelos historiadores, mas com novos enfoques – análise dos costumes, das práticas, o papel da Igreja em todo esse sistema, o papel da memória e dos ensinamentos para o bem-morrer, as concepções que se tem da geografia do além – às observações mais originais, verdadeiras inovações no campo do medievalismo sobre a morte – relação morte-

loucura, morte-velhice, estudo da aparição de “fantasmas”, além das mais variadas explicações para o fenômeno nesse período tão significativo da história européia.

Observamos assim que para o homem medieval, a morte não é um conceito abstrato; ela apresenta-se concretamente em seu dia-a-dia, e em suas representações está sempre dotada de significações. Essa complexidade da ideia e do conceito de morte nos faz apreendê-la “como uma realidade física e espiritual. (...) Ela dissolve vínculos sociais antigos e cristalizados e conduz a outros novos”.³ Na Idade Média, a morte possui um estatuto jurídico, uma personalidade, traços marcados e bem definidos. À sua proximidade, sobrevêm o medo e o desespero. Creio que isto se deva justamente ao fato de ela não significar propriamente um fim, mas um meio para alcançar o que realmente se espera: a glória eterna. Ritual de passagem, como quer a literatura cavaleiresca, ou prêmio de redenção para aqueles que chegaram ao termo de uma jornada dignamente cumprida, a morte encerra uma busca. E, para a obtenção do êxito, faz-se necessário que se esteja preparado. Pois é preciso vigiar. E é dessa longa vigília que se faz a vida na Idade Média. A concepção de morte no homem medieval é ambígua: ela compreende, por um lado, uma alegria que aportará o alívio para as preocupações mundanas, mas que, por outro lado, não acontecerá caso não se passe pelos horrores da travessia.

Por fim, no último capítulo trabalhamos o purgatório. Vimos de que maneira elaborou-se ao longo da Idade Média uma concepção do “terceiro local” e a coexistência de posições demasiadamente opostas da localização e significação desse lugar na geografia do além. Le Goff concluiu seu livro defendendo esse terceiro local e colocando-o como símbolo do progresso intelectual na Idade Média e relacionando-o ao reconhecimento da consciência individual de cada um no memento da morte; um fruto da dinâmica do próprio período medieval, cujo resultado foi a substituição de esquemas lógicos binários por ternários.

Já Vovelle se voltou para a investigação assídua das imagens. Reservada primeiramente às ilustrações voltadas para uma elite, a figuração do purgatório aos poucos vai ganhando dinamicidade e no século XV sai das margens dos livros de horas e passa ao interior das igrejas para chegar a todos da Cristandade.

No geral, nos propomos a analisar e compreender de que maneira a constituição de práticas relacionadas à morte no medievo foi reflexo característico de uma sociedade forjada pelo discurso da Igreja, responsável pela manutenção de uma mentalidade referente ao tema. Buscamos no decorrer desta pesquisa monográfica e através da historiografia entender como

³ WILLIAMS, G. Scholz. A Morte como Texto e Signo na Literatura da Idade Média. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996, p.132.

os tratamentos oficiais e extra-oficiais coexistiram no período medieval, analisados sob o olhar de longa duração e a partir da História das Mentalidades. Em relação à hegemonia da Igreja sobre a ritualização funerária, concluímos tratar-se de uma “ilusão”. É bem verdade que a “Instituição dominante do feudalismo” é responsável pela elaboração da sofisticada geografia do além, com significações adaptadas e com evoluções ao longo do tempo e que passa a ordenar a visão medieval de mundo tornando-se decisiva na ênfase da posição de “instância salvadora” da Igreja. Além do mais, a Igreja é a possuidora de práticas e sacramentos que afastam o homem do mal, no qual a denúncia dos vícios a faz difundir seus valores e “monopoliza” as métodos da salvação. Age como verdadeira definidora das relações sociais e criadora de estruturas e conjunturas que permite sua dominação a partir da forte tensão da junção dos contrários, pela explicação do inexplicável, pela hierarquização de entidades de natureza diversa e pela igualdade de entidades de natureza oposta. No entanto, resta-nos perceber os limites dessa dominação. É fato a amplitude do papel desempenhado por essa instituição que sobrevive ao fim da Idade Média, porém sua total hegemonia nas práticas mortuárias e na imposição de relações tidas “incontestáveis” entre vivos e mortos são questionáveis. A Igreja-Instituição caracteriza-se pelo seu caráter ambivalente, ora afirmando, ora negando pontos no que diz respeito à afirmação da ortodoxia; ora admitindo, ora perseguindo os que lhe contestavam – e isso faz surgir contendas dentro e fora dela.

No que diz respeito às práticas mortuárias, sabemos que por mais que seu poder de alcance fosse longo, a instituição jamais poderia possuir o monopólio de tais posturas. À época, existiam outras concepções sobre os mortos diferentes e até mesmo convergentes em relação às pregadas oficialmente.

Compreendemos assim, por mais que a elaboração da imagem da morte fosse utilizada como forma de manutenção de poder por parte da Igreja, esse poder nunca ficou livre de contestações e que sistemas de representação antigos com variedades de costumes mantinham força ao longo da Idade Média, mesmo quando o relativo desinteresse da Igreja pelos mortos cessou.

Finalizamos esse trabalho e esperamos ter contribuído de alguma maneira, à História da morte em sentido geral e, especificamente, no tocante ao Medieval, assim como para a utilização do método comparativo com o objetivo de verificar as similitudes e diferenças entre os diversos historiadores que se debruçaram sobre o assunto, pois a maneira como eles o encaram reflete não somente a evolução do tema ao longo do tempo, mas a maneira como os homens lidam com ele. Reflete também uma nova maneira de encarar seu objeto e um novo

modo de enxergar e escrever a História.

Bibliografia

Fontes Historiográficas Impressas Analisadas

ARIÉS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. *O Homem Diante da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. *Uma Antiga Concepção do Além*, p. 79-87. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. São Paulo: Estampa 1995.

VOVELLE, Michel. *Piétè baroque et déchristianisation, les attitudes devant la mort en Provence au XVIII siècle*. Paris: Le Seuil, 1978.

_____. *As Almas do Purgatório ou o Trabalho do Luto*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *A História dos Mortos no Espelho da Morte*. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

Bibliografia de Caráter Teórico-Metodológico

ARIÉS, Philippe. *A História das Mentalidades*. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BARROS, José D'Assunção. Imaginário, Mentalidades e Psico-História – uma discussão historiográfica. *Labirinto - Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário*, 2000. Disponível em <http://www.cei.unir.br/artigo71.html>. Último acesso em: 01/10/2014.

_____. *O Campo da história: especialidades e abordagens*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BURKE, PETER. *A Escola dos Annales – A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Difel: 2002.

LE GOFF, Jacques. *As mentalidades: uma história ambígua*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*, São Paulo: Francisco Alves, 1976.

LOYN. Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*, 21^a ed. São Paulo. Ática, 2005.

NICOLAZZI, Fernando. *História das Mentalidades e História Cultural*. *Revista Vernáculo*, Curitiba, v. 1, n. 01, 2000, p. 52-64.

ORLANDI. Agostinho Menotti. *Le Goff vs Vovelle: um embate de longa duração*. Disponível em www.webartigos.com/artigos/le-goff-vs-vovelle/38140/. Último acesso em 20/01/2015.

VOVELLE. Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

Bibliografia Específica

ALMEIDA. Letícia Gonçalves Alfeu de. **O Papel da Memória na Pedagogia da Morte** (século XV). Franca, 2013. Disponível em http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93244/almeida_lga_me_fran.pdf?sequence=1. Último acesso em 20/11/2014.

ARAÚJO, Paula Vanêssa Rodrigues de; VIEIRA; Maria Jésia. A Questão da Morte e do Morrer. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, maio/junho de 2004, p. 361-3. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n3/a22v57n3.pdf>. Último acesso em

15/11/2014.

AVRIL, Joseph. *A pastoral dos doentes e dos moribundos no século XII e XIII*, p. 89-106. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

BLUM, Claude. *A Loucura e a Morte no Imaginário Coletivo da Idade Média e do Começo do Renascimento (Séculos XII-XVI) – Aspectos do problema*, p. 271-303. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

CAPUTO, Rodrigo Feliciano. O Homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. *Saber Acadêmico* n.º 06, dez. 2008. Disponível em www.uniesp.edu.br/revista/revista6/pdf/8.pdf. Último acesso em: 01/10/2014.

CHIFFOLEAU, Jacques. *O que faz a morte mudar na região de Avinhão no fim da Idade Média*, p. 117-130. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

OEXLE, Otto Gerhard. *A Presença dos Mortos*, p. 27-78. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

OLIVEIRA, Elane da Costa. *Um Terceiro Lugar entre o Céu e o Inferno: O Purgatório*. Disponível em <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/486>. Último acesso em 05/01/2015.

PEREIRA, Jacqueline da Silva Nunes. Um estudo da dança macabra por meio de imagens. *II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina-PR, maio de 2009. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Pereira,%20Jacqueline%20da%20silva.pdf>. Último acesso em 17/11/2014.

REIS, João José. *O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista*. In: NOVAIS, Fernando (direção) & ALENCASTRO, Luís Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2,

São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

SANTOS, Franklin Santana. *A Tanatologia e a universidade*. In: INCONTRIN, Dora; SANTOS, Franklin Santana (orgs.). *A arte de morrer: visões plurais*. Bragança Paulista: Comenius, 2007.

SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

SOUZA, Christiane Pereira de. *A morte interdita: o discurso da morte na História e no documentário*. 2009. Disponível em www.doc.ubi.pt/07/dossier_christiane_souza.pdf. Último acesso em 01/10/2014.

TEIXEIRA, Jerônimo. *O Terceiro Lugar*. Disponível em <http://veja.abril.com.br/020610/terceiro-lugar-p-238.shtml>. Último acesso em 15/01/2015.

THIRY, Claude. *Da Morte Madrasta à Morte Vencida – Atitudes Diante da Morte nas Lamentações Fúnebres Francesas*, p. 248-270. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

WILLIAMS, G. Scholz. *A Morte como Texto e Signo na Literatura da Idade Média*. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo. Edusp, 1996.

Bibliografia Geral

ARIÉS, Philippe. DUBY, G. *História da vida privada da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

AUBERT. Eduardo Henrik. Resenha da obra “Os vivos e os mortos na sociedade medieval”.

Revista de História 145, 2001, p. 233-242, disponível em www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/64613/67252. Último acesso em 16/11/2014.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano mil a colonização da América*. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

BOCCACCIO, *Decamerom*. São Paulo: Abril, 1981.

GAUNT, Simon. *Love and death in medieval French and Occitan courtly literature: martyrs to love*. New York: Oxford University Press, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: O Nascimento do Ocidente*, 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LE GOFF, Jacques. *Entrevista ao Estadão*. Outubro de 2010. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/arte-e-lazer,jacques-le-goff-foi-decisivo-para-o-estudo-da-idade-media,1148193,0.htm>. Último acesso 23/01/2015.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares de. *Revista de História* 137, 1997, p. 145-149. Disponível em www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/64540/67185. Último acesso em: 05/10/2014.

MORAES, Renata. *Limites e contestações da dominação da Igreja: Resenha da obra “A Civilização Feudal: do ano mil a colonização da América”*. 2014. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/58722418/Limites-e-contestacoes-da-dominacao-da-igreja>. Último acesso em 15/11/2014.